

RAGO, Luiza Margareth. *Do Cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

II. A COLONIZAÇÃO DA MULHER

Aprisionado numa representação imaginária que o infantilizava, o trabalhador urbano se viu perseguido para além dos muros da fábrica, nos momentos de não-trabalho. A imagem negativa de uma alteridade assustadora — o povo selvagem, incivilizado, bruto — suscitava inquietações e mal-estar nos setores mais privilegiados da sociedade, demandando um conhecimento minucioso do modo de vida que se configurava nos cortiços, favelas, botequins, parques e ruas, progressivamente invadidos por esta nova “espécie humana”.

Mais do que o discernimento pelo olhar analítico e classificador de médicos, higienistas, criminologistas e inspetores públicos, é o desejo de eliminação da diferença, de normalização do Outro, que se coloca como motivação primeira das investidas do poder sobre a classe operária fora das fábricas. Na empresa de construção de um mundo à sua imagem, a domesticação do novo operariado implicou a imposição do modelo imaginário de família criado pela sociedade burguesa.

Instituir hábitos moralizados, costumes regrados, em contraposição às práticas populares promíscuas e anti-higiênicas observadas no interior da habitação operária, na lógica do poder significava revelar ao pobre o modelo de organização familiar a seguir. Nesta utopia reformadora, a superação da luta de classes passava pela desodorização do espaço privado do trabalhador de duplo modo: tanto pela designação da forma da moradia popular, quanto pela higienização dos papéis sociais representados no interior do espaço doméstico que se pretendia fundar. A família nuclear, reservada, voltada sobre si mesma, instalada numa habitação aconchegante deveria exercer uma sedução no espírito do trabalhador, integrando-o ao universo dos valores dominantes.

A promoção de um novo modelo de feminilidade, a esposa-dona-de-casa-mãe-de-família, e uma preocupação especial com a infância, percebida como riqueza em potencial da nação, constituíram as peças mestras deste jogo de agenciamento das relações intra-familiares. A mulher cabia, agora, atentar para os mínimos detalhes da vida cotidiana de cada um dos membros da família, vigiar seus horários, estar a par de todos os pequenos fatos do dia-a-dia, prevenir a emergência de qualquer sinal da doença ou do desvio. Completamente, a criança passou a ser considerada como ser especial, que requeria todos os cuidados dos médicos, novos aliados da mãe, não obstante sua ampla utilização nas camadas pobres da população, como força de trabalho industrial.

No campo dos dominados, também os anarquistas se preocuparam com a constituição de novas relações afetivas, com a fundação de um outro modo de organização familiar, com a emancipação da mulher e com a formação do homem novo, a partir de um projeto educacional próprio. Várias vozes se levantaram entre os libertários, defendendo os direitos da mulher, buscando conscientizá-la da importância de sua libertação numa sociedade machista e opressora, anunciando a possibilidade do amor livre, da maternidade voluntária, da igualdade de direitos entre os sexos, da eliminação da prostituição, a partir da construção de uma ordem social fundada na igualdade, na liberdade e na justiça social.

De volta ao lar

Frágil e soberana, abnegada e vigilante, um novo modelo normativo de mulher, elaborado desde meados do século XIX, prega novas formas de comportamento e de etiqueta, inicialmente às moças das famílias mais abastadas e paulatinamente às das classes trabalhadoras, exaltando as virtudes burguesas da laboriosidade, da castidade e do esforço individual. Por caminhos sofisticados e sinuosos se forja uma representação simbólica da mulher, a esposa-mãe-dona-de-casa, afetiva mas assexuada, no momento mesmo em que as novas exigências da crescente urbanização e do desenvolvimento comercial e industrial que ocorrem nos principais centros do país solicitam sua presença no espaço público das ruas, das praças, dos acontecimentos da vida social, nos teatros, cafés, e exigem sua participação ativa no mundo do trabalho.

As mulheres ricas, as exigências de um bom preparo e educa-

ção para o casamento, tanto quanto as preocupações estéticas, com a moda ou com a casa, reclamam sua frequência nos novos espaços da cidade, como nas escolas então criadas para os filhos das famílias abastadas. Desde 1870, por exemplo, fundava-se a Escola Americana, que daria origem ao Mackenzie College, onde uma pedagogia importada dos Estados Unidos oferecia cursos de cultura física e práticas esportivas às jovens.

As mulheres pobres e miseráveis, as fábricas, os escritórios comerciais, os serviços em lojas, nas casas elegantes ou na Companhia Telefônica apareciam com alternativas possíveis e necessárias.

A invasão do cenário urbano pelas mulheres, no entanto, não traduz um abrandamento das exigências morais, como atesta a permanência de antigos tabus como o da virgindade. Ao contrário, quanto mais ela escapa da esfera privada da vida doméstica, tanto mais a sociedade burguesa lança sobre seus ombros o anátema do pecado, o sentimento de culpa diante do abandono do lar, dos filhos carentes, do marido extenuado pelas longas horas de trabalho. Todo um discurso moralista e filantrópico acena para ela, de vários pontos do social, com o perigo da prostituição e da perdição diante do menor deslize. Não é a mulher esta carne fraca, presa fácil das paixões, que sucumbe sem resistências ao olhar insistente ou aos galanteios envaidecedores do sedutor? Vários procedimentos estratégicos masculinos, acordos tácitos, segredos não confessados tentam impedir sua livre circulação nos espaços públicos ou a assimilação de práticas que o imaginário burguês situou nas fronteiras entre a liberdade e a interdição.

Também não se abrem amplas perspectivas profissionais para ela, como se poderia supor num primeiro momento. Afinal, a preocupação com sua educação visa prepará-la não para a vida profissional, mas sim para exercer sua função essencial: a carreira doméstica. Os conhecimentos que adquirisse deveriam, portanto, auxiliar a dissipar os antigos preconceitos que povoavam sua mente fraca e torná-la uma companhia mais agradável e interessante ao homem.

O movimento operário, por sua vez, liderado por homens, embora a classe operária do começo do século fosse constituída em grande parte por mulheres e crianças, atuou no sentido de fortalecer a intenção disciplinadora de deslocamento da mulher da esfera pública do trabalho e da vida social para o espaço privado do lar. Ao reproduzir a exigência burguesa de que a mulher operária correspondesse ao novo ideal feminino da mãe, "vigilante do lar",

o movimento operário obstaculizou sua participação nas entidades de classe, nos sindicatos e no próprio espaço da produção, demandando seu retorno ao campo que o poder masculino lhe circunscreveu: o espaço da atividade doméstica e o exercício da função sagrada da maternidade.¹

Pouco importam os vários artigos que na imprensa operária cobram uma maior participação feminina nos movimentos reivindicativos da classe. Na prática, esses movimentos eram controlados por elementos do sexo masculino, que certamente tinham maior liberdade de circulação, maior acesso à informação e maior organização entre si. As mulheres deveriam participar enquanto filhas, esposas ou mães, isto é, na condição de subordinadas aos líderes. Na França, Madeleine Rebérioux registra o mesmo problema.² Ela explica a baixa taxa de sindicalização das operárias em comparação à dos homens, desde o final do século XIX, em parte pela falta de disponibilidade (afinal as trabalhadoras também são donas-de-casa e mães), mas também pela "dificuldade de penetrar no mundo masculino dos sindicatos, freqüentemente dirigidos por operários qualificados mais ou menos hostis". Até 1935, a CGT francesa defendia que somente as viúvas e celibatárias deveriam trabalhar, pois "o homem deve alimentar a mulher", afirma Zeldin.³

Ao exigir o confinamento da mulher à esfera privada da vida doméstica, alienante e redentora, os militantes e trabalhadores em geral contribuíram para firmar sua própria posição social no processo produtivo, valorizando a força de trabalho masculina, qualificada ou não. Com muita freqüência, as informações veiculadas pela imprensa operária testemunham a indignação e o sentimento de humilhação dos homens, quando substituídos pelas mulheres no processo de produção. A *Luta Proletária*, de 4-3-1908, afirmava:

Convém notar que nesta fábrica (de fósforos A Paulicéia) estão empregados meninos de 7 anos para cima e grande quantidade de mulheres. Os homens são ali muito poucos, pois são preferidas as mulheres e as crianças, que se sujeitam com mais facilidade a todas as ladroeiras.

1. Maria Valéria J. Pena, *Mulheres e Trabalhadoras. Presença Feminina na Constituição do Sistema Fabril*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

2. Madeleine Rebérioux, "L'ouvrière", in: *Misérable et Glorieuse. La Femme du XIX^{ème} Siècle*. Paris, Fayard, 1980, p. 72.

3. Theodore Zeldin, *Histoire des Passions Françaises*. I. Ambition et Amour. Paris, Seuil, 1980, p. 402.

Certamente, a construção de um modelo de mulher simbolizado pela mãe devotada e inteira sacrifício; implicou sua completa desvalorização profissional, política e intelectual. Esta desvalorização é imensa porque parte do pressuposto de que a mulher em si não é nada, de que deve esquecer-se deliberadamente de si mesma e realizar-se através dos êxitos dos filhos e do marido. É claro que, em grande parte, este modelo vitoriano de comportamento feminino determinou suas opções e condutas. Mesmo porque até muito recentemente os cursos de especialização profissional, técnicos e universitários, estavam praticamente fechados às mulheres, destinadas às carreiras de professoras primárias, enfermeiras, no caso das que tinham algum acesso a instrução, e domésticas, operárias, costureiras, datilógrafas, telefonistas, nas camadas mais baixas. Em qualquer caso, o campo de atuação da mulher fora do lar circunscreveu-se ao de ajudante, assistente, ou seja, a uma função de subordinação a um chefe masculino em atividades que a colocaram desde sempre à margem de qualquer processo decisório. No caso da operária, mesmo num ramo onde sua participação era enorme, como o têxtil, "as alternativas de ocupação para os homens eram maiores".⁴ Enquanto eles estavam presentes em quase todas as atividades ocupadas pelas mulheres, como a costura de sacos ou nas maçarqueiras, vários trabalhos eram interditados a elas, principalmente os cargos de chefia.

As fábricas, esses lupanares...

A OPERÁRIA

Flor a se definhar nessa estufa doentia,
Onde impera o trabalho e reina a tirania,
Onde a fome voraz canta de sol a sol:
És pela Sociedade infame destinada
A sofrer, trabalhar e morrer estiolada
Sem veres da Alegria o primeiro arrebol...

Nessa furna sem ar e sem luz — a Oficina —
A sociedade vil, corruptora, assassina,

4. Maria Alice Ribeiro, *op. cit.*, p. 136.

Com ferozes grilhões para sempre te prendeu.
E o atroz Capitalismo o teu suor devora,
Como a águia do Cáucaso estraçalhava outrora
A carne, a robustez do heróico Prometeu...

Para o mundo atual tu és unicamente
Fonte da exploração, máquina inconsciente
Que trabalha e procria o infeliz que amanhã
Irá minas cavar, servo do potentado,
Frequêntar as prisões e hospitais... e embriagado
Morrer no leito infiel de imunda barregã...

Ó mulher infeliz, luta, trabalha, morre!
Mas o sangue, o suor que da tua frente escorre
Vai formando esse mar de fúria e indignação
Em que há de submergir um dia o Despotismo
Que há de fazer nascer da lama deste abismo
Um mundo mais humano e sem falta de pão!...

Raimundo Reis

A poesia que *A Terra Livre* publica, em 15-6-1910, reflete a imagem feminina construída pelo imaginário operário: romântica, sensível, ingênua, explorada, a figura da mulher é associada à idéia da flor frágil e desamparada, vítima do capitalismo vil, corruptor e assassino, "máquina inconsciente" destinada a trabalhar e a procriar, ao contrário do homem, dotado de razão, símbolo da força e da coragem, princípio objetivo da humanidade, ativo e poderoso. No entanto, o futuro está contido em germe em seu corpo: é do seu sangue e suor que se formará um "mar de fúria e indignação", que fará submergir o atual sistema de exploração do trabalho numa lama abismal, da qual brotará o novo mundo. Como uma deusa toda-poderosa, a mulher, figura frágil e explorada, é, no entanto, o símbolo da anarquia, força que há de parir a nova sociedade, livre das misérias e das injustiças sociais.

Entretanto, enquanto seu papel de agente reprodutora é valorizado, a ela cabendo a missão sagrada de criar os futuros "servos do potentado", de enfrentar com resignação e paciência as agruras da miséria, apoiando moralmente o marido, aos homens cabe defendê-la e lutar pelos seus direitos, já que também politicamente elas são menos combativas, "máquinas inconscientes".

As denúncias que a imprensa operária publica sobre a exploração do trabalho da mulher apelam, em primeiro lugar, para o problema moral da sexualidade e para os obstáculos à realização da função materna. A fábrica, "furna sem ar e sem luz" da poesia de Raimundo Reis, emerge como lugar da prostituição, como o espaço onde a mulher, frágil e indefesa, corre o risco de corromper-se física e espiritualmente: o lugar do trabalho é a antítese do lar. Além disso, critica-se a ameaça sexual representada pela relação de dominação exercida pelo superior hierárquico:

que a que não se submete às exigências arbitrárias, não já do burguês (...) mas às dos capatazes, ao serviço dos mesmos senhores é desacreditada e maltratada por esses homens sem consciência, até o extremo de ter de optar entre a degradação e a morte (*O Amigo do Povo*, 5-7-1902).

Retratando a miserável situação das classes trabalhadoras na Inglaterra, Engels também mostrava como o trabalho feminino nas indústrias "desorganiza inevitavelmente a família, e esta desorganização tem, no estado atual desta sociedade assente na família, as conseqüências mais desmoralizantes, tanto para os pais quanto para os filhos".⁵ O sistema fabril, para ele, impedia ainda que a mulher aprendesse os trabalhos domésticos e se tornasse uma boa dona-de-casa.

De modo geral, o discurso operário masculino fala da e para a mulher trabalhadora, definindo-a simbolicamente como "sexo frágil", física e moralmente, numa atitude paternalista que visa protegê-la contra os dom-juans das fábricas e conscientizá-la da importância de sua organização política. Nesse sentido, o movimento operário, mesmo o anarquista, atribui-se o direito de liderança sobre as mulheres, seja devido à sua "débil constituição física", seja devido à falta de combatividade que caracteriza a "natureza feminina". São constantes os artigos incitando as operárias a se sindicalizarem e a resistirem politicamente na luta contra os patrões, que "para elas só têm dois tratamentos: o vocabulário indecente e vil da taberna ou as delambidices rufianescas" (*A Terra Livre*, 13-10-1907).

Estabelece-se então uma relação pedagógica, paternalista, de subordinação da mulher frente ao homem, exatamente como no

5. Friedrich Engels, *op. cit.*, p. 190.

interior do espaço doméstico. O pai, o marido, o líder devem ser obedecidos e respeitados pelas mulheres, incapazes de assumirem a direção de suas vidas individuais ou enquanto grupo social oprimido. Fenômeno que evidentemente não consideramos específico do movimento operário que se constitui no Brasil, nem deste momento histórico.⁶ Não raro a figura da mulher aparece nesta linguagem associada à da criança, o que sugere a medida em que ela é infantilizada através da imagem de desamparo, de incapacidade de pensar e de agir, espírito servil por natureza. A imagem da mãe-sacrifício e da criança-inocência completam-se numa mesma construção simbólica.

A preocupação dos jornais operários ao retratarem as condições de trabalho da mulher atém-se, portanto, ao aspecto moral da relação de dominação exercida no interior da fábrica. A mulher ingênua pede o socorro do militante masculino. Denunciando a exploração do trabalho feminino sempre sob o ângulo do atentado ao pudor, o discurso operário reforça a representação da fábrica como espaço pouco indicado para a delicada presença feminina e, deste modo, a intenção de preservação da mulher contra a imoralidade do processo de trabalho atua no sentido de defender o espaço masculino na produção e de valorizar a força de trabalho do homem. Por outro lado, pode-se pensar nestas construções do discurso anarquista como um *contrateatro operário* que, ao enfatizar os apelos da repressão machista dos dominantes, abre caminho para uma tomada de posição protetora da mulher: se a mulher deve ser a figura frágil como clama o discurso do poder, por que não tratá-la como tal? Por que patrões e contramestres não se relacionam com ela como uma figura delicada, materna e sensível?

Mesmo assim, o argumento mais freqüentemente utilizado para demandar o retorno da operária ao lar reflete a preocupação com a valorização da força de trabalho masculina.

Discutindo sobre a substituição do homem pela mulher nas indústrias têxteis, um tecelão revoltava-se numa assembléia da UOFT:

(...) nós não devemos ensinar (o trabalho) a essas mulheres que amanhã nos virão a substituir, mas devemos fazer-lhes com-

6. A respeito, ver Madeleine Rebérioux, *op. cit.*; J. Scott e L. Tilly, "Women's work and the family in nineteenth-century Europe", in: *Comparative Studies in Society and History*, janeiro de 1975, vol. 17, n.º 1.

preender que o seu lugar é em casa, a tratar e educar seus filhos (...); oxalá que elas saibam compreender seu *papel de educadoras* daqueles que amanhã serão os nossos substitutos na luta do pão e na conquista do bem-estar da humanidade, pois, assim, demonstrarão à sociedade serem *as verdadeiras rainhas do lar*; o papel de uma mãe não consiste em abandonar seus filhos em casa e ir para a fábrica trabalhar, pois tal abandono origina muitas vezes conseqüências lamentáveis, quando melhor seria que *somente o homem procurasse produzir de forma a prover as necessidades do lar* (A Razão, 29-7-1919, grifos meus).

É compreensível, portanto, que na luta pela reivindicação dos direitos da mulher trabalhadora fossem colocadas em primeiro plano a proibição do trabalho noturno, considerado imoral para o sexo feminino, e a garantia da maternidade. Com relação à legislação trabalhista, a representação da mulher como ser frágil e naturalmente constituído para realizar a vocação de mãe sustentou práticas que buscaram o redirecionamento da mulher trabalhadora de volta ao lar. Assim, no debate que se estabelece na Câmara Federal sobre as condições do trabalho industrial da mulher e da criança, tendo em vista sua regulamentação e a elaboração da legislação social, em 1919, vários deputados colocaram-se contra o trabalho da mulher e das crianças, em defesa da moralidade familiar:

Somos todos concordes em considerar que *o trabalho é o aviltamento e a escravidão da mulher*, porque é o fim da solidariedade conjugal, da família. *O verdadeiro reino da mulher é o lar*. Se ela o abandona, se ela não sabe aí servir ao homem e aos filhos, acabou-se o seu poder, foi-se a sua influência.⁷

Não é de admirar que as primeiras medidas da legislação referentes ao trabalho feminino tenham sido tomadas tendo em vista sua função de reprodução e de "guardiã do lar". O Código Sanitário de 1919 proibia o trabalho de menores de catorze anos e o trabalho noturno para as mulheres, reivindicações incluídas nas demandas da greve de 1917. Em 1923, o Regulamento Nacional de Saúde Pública facilitava a licença-maternidade pelo prazo de trinta

7. Documentos Parlamentares, Legislação Social, vol. I, p. 208, in: Esmeralda Blanco B. Moura, *Mulheres e Menores no Trabalho Industrial: Os Fatores Sexo e Idade na Dinâmica do Capital*. Petrópolis, Vozes, 1982, p. 132, grifos meus.

dias, antes e após o parto, e propunha a criação de lugares apropriados para a amamentação nos locais de trabalho.

Assim, tanto na legislação trabalhista quanto no discurso operário a mulher é pensada na linguagem romântica das classes dominantes, fundamentadas pelo saber médico, como encarnação das emoções, dos sentimentos, irracional, incapaz de resistir, mesmo que os documentos da época nos revelem que as mulheres tenham participado em peso das mobilizações políticas, que muitas tenham paralisado as fábricas, ou sido demitidas como "indesejáveis" segundo os patrões, acusadas de roubos, sabotagem ou boicote. Do mesmo modo que os industriais e os poderes públicos, o movimento operário participa do movimento que define o lugar da mulher na sociedade, privilegiando a esfera sagrada e privada do lar, construindo e impondo uma identidade que também as mulheres aceitaram ao interiorizarem a representação masculina e burguesa de sua figura. Aceitaram?

Desorganizada e difusa, a resistência feminina

Na verdade, se poucas mulheres se destacaram na atuação político-partidária ou sindical, como a socialista Ernestina Lesina, as militantes anarquistas Elisabeta Valentini e Elvira Boni, a escritora Maria Lacerda de Moura, ou a comunista Laura Brandão, não aceito o mito da passividade feminina nas lutas sociais e políticas do começo do século. Alguns estudos, aliás, vêm questionando estas construções mitológicas, que desqualificam a resistência das mulheres, tanto no âmbito do trabalho quanto em outros espaços de sociabilidade.⁸

Neste período histórico, as dificuldades para se conhecerem as formas da resistência feminina às estratégias disciplinadoras exercidas no espaço produtivo ou no cotidiano da vida social advêm, num primeiro momento, da ausência de documentação disponível. Afinal, se as mulheres das classes mais favorecidas dispõem ainda da possibilidade de se exprimirem através de cartas, diários, artigos

8. Paula Beiguelman, *Os Companheiros de São Paulo*. São Paulo, Símbolo, 1977; Maria Valéria Pena, *op. cit.*; Maria Odila Silva Dias, *Cotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*. São Paulo, Brasiliense, 1984; Míriam L. Moreira Leite, *Outra Face do Feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo, Ática, 1984.

e livros, o mesmo não acontece com as de situação social inferior. Além disso, a imprensa operária estava totalmente nas mãos de elementos do sexo masculino. Assim, a história da participação das mulheres nas lutas sociais da época é sempre registrada sob um prisma masculino, o que certamente nos faz perder outros momentos desta atuação que escapam à lógica de ação política predominante, mesmo dos anarquistas que negam a constituição do partido político "revolucionário". Em 1901, por exemplo, explode uma greve na fábrica de tecidos Sant'Anna, situada no Brás, em que as operárias reclamam contra a introdução de uma nova tabela de remuneração por tarefa, que rebaixaria seu salário real e incitaria os operários a aumentarem a produção. O jornal socialista *Avanti* publica:

A NOSSA VITÓRIA

Mais de 700 mulheres, despreparadas, privadas da mais elementar organização, débeis e indefesas, na suprema reivindicação dos mais elementares direitos, encontraram energia para triunfar contra a prepotência do capitalismo esfaimador, na empenhada luta contra ele.⁹

O discurso operário traduz a manifestação vitoriosa das mulheres enfatizando novamente sua fragilidade, incapacidade de mando e desorganização, o que contrasta com a própria notícia veiculada. Afinal, estas setecentas pobrezinhas totalmente "despreparadas" conseguem unir-se na luta contra o capital e serem vitoriosas.

Num proletariado constituído em grande parte pela força de trabalho feminina e infantil, a participação das mulheres nas mobilizações políticas do período foi imensa. Em outubro de 1902, as operárias da fábrica de tecidos Anhaia, no Bom Retiro, iniciam um movimento grevista contra os maus-tratos do mestre de teares, "cujas arbitrariedades variam culminando com a expulsão da jovem Emma Sartorelli, de 17 anos de idade e com 3 anos de serviço na fábrica". A despeito dos obstáculos impostos pelos pais que pretendem deter o movimento, as operárias resistem até a vitória. Um mês depois, elas voltam à greve considerando que as exigências disciplinares não se haviam alterado. Em 8-12-1902, as operárias da fábrica de tecidos Sant'Anna, do Brás, protestam contra a multa imposta pela gerência à falta num dia determinado, que os operá-

9. Paula Beiguelman, *op. cit.*, p. 23.

rios consideravam santo. Vitória. Uma semana depois, um grupo de operárias da mesma fábrica exige a demissão de dois superiores hierárquicos e o patrão responde fechando a fábrica. A greve prossegue até janeiro de 1903. O *Correio Paulistano* noticia que, ao chegar no largo do Brás, uma operária de 42 anos que trabalhava na fábrica

encontrou-se com uma grevista que a censurou acemente por ter ela voltado ao trabalho, traindo a causa das companheiras. Chegaram outras companheiras que a agrediram a bofetadas e cacete.¹⁰

Em 1908, as mulheres e crianças que trabalhavam na fábrica de tecidos Matarazzo também entram em greve "por causa do rebaixamento das suas tarifas de fome" (*La Battaglia*). Meses antes, eclodia a famosa greve das costureiras, segundo noticiava *A Terra Livre*, de 26-11-1907:

Uma das classes mais ignominiosamente exploradas, a classe das costureiras de carregaço, na sua quase totalidade de mulheres, agitam-se atualmente em São Paulo para arrancar um aumento de salário aos seus patrões. Estes, quase todos de nacionalidade estrangeira, sórdidos e exploradores em máximo grau, negaram-se a satisfazer o pedido das operárias. Estas declararam-se em greve imediatamente.

Em 1917, as mulheres iniciam o movimento grevista nas oficinas do Cotonifício Crespi: "Em todas as mobilizações, destacam-se as mulheres. Sua participação é notada, nos discursos de rua, nas reuniões da Liga Operária da Mooca. Quando o delegado do bairro do Brás intima grevistas a comparecer à Delegacia, nos primeiros dias da paralisação na fábrica Crespi, formam-se duas comissões — de homens e de mulheres — que são atendidas separadamente pelo delegado Bandeira de Mello", informa Boris Fausto.¹¹

À medida que o movimento se alastra, ganhando a adesão de inúmeros operários, toda a vida comercial e industrial da cidade é paralisada: armazéns e padarias são assaltados, uma feira livre que se realiza no Bexiga é saqueada, crianças destroem os lampiões de iluminação das ruas, atacam bondes forçando os motorneiros

10. *Idem*, pp. 29-30.

11. Boris Fausto, *op. cit.*, pp. 194-6.

a dirigirem-se pelos caminhos que escolhem. O jornal *O Estado de S. Paulo* noticia:

o mais deplorável, é que um bando de mocinhas, infelizes operárias de fábricas, imitou o gesto da garotada, tomando conta de três elétricos no Largo da Sé (13-7-1917).

Acredito que mulheres que paralisam fábricas não poucas vezes, que se manifestam politicamente nas ruas da cidade, enfrentando a polícia armada, que ocupam bondes e esbofeteiam outras companheiras, cobrando uma solidariedade de classe, resistindo contra a exploração do capital pela ação direta, sejam menos dóceis, pacatas e submissas que o discurso masculino, patronal ou operário, afirmou.

Os jornais operários, sem dúvida, constroem duas imagens femininas que contrastam frontalmente. Uma mulher submissa, que não sabe como lutar e, ao mesmo tempo, uma figura combativa que sai às ruas e enfrenta sem reservas as autoridades públicas e policiais. Este contraste sugere que, na maior parte das vezes, a resistência feminina exprimiu-se de maneira espontânea, difusa, não-organizada, seja questionando diretamente a disciplina hierárquica no interior da produção, certamente mais pesada para a mulher do que para o homem, seja reivindicando melhores condições de trabalho.

Em geral, a recusa das mulheres em participar das organizações sindicais ou partidárias foi vista como inconsciência política, tanto pelos militantes quanto pela produção acadêmica, ao menos até muito recentemente. Talvez se possa indagar se esta atitude de descomprometimento com instituições políticas, controladas por figuras masculinas, não tenha significado uma certa compreensão dos obstáculos intransponíveis com que se defrontava a mulher, não só na fábrica, mas também na família. Quantos pais e maridos não impediram o envolvimento de suas esposas e filhas nas agitações políticas da época?

Por outro lado, a pequena participação das mulheres no interior das entidades de classe não deve obscurecer a percepção da ocorrência de outros momentos da resistência feminina, invisíveis para a lógica masculina da ação política. Penso, nesse sentido, nas lutas que representaram um questionamento prático das imposições que pesavam sobre a mulher, na própria definição de sua identidade e não apenas na condição de trabalhadora.

A este respeito, pesquisas atuais revelam dados desmistificadores da imagem romântica da mulher. Desde o início do século XIX, por exemplo, num período em que o casamento aparecia como uma das únicas opções de vida possíveis para as mulheres, elas foram as principais responsáveis por pedidos de anulação do matrimônio ou de divórcio. Várias substituíram os maridos ausentes ou falecidos na administração das fazendas, dos pequenos negócios e da própria casa, enfrentando todo tipo de pressões, insurgindo-se contra o pagamento de impostos, denunciando publicamente a elevação exagerada de preços de gêneros alimentícios, e assim por diante.¹²

Certamente podemos encontrar outras expressões das lutas de resistência feminina fora do campo minado da política institucional. Afinal, é sobre a questão moral que recai o maior peso da opressão sobre a mulher. A não-amamentação, a prática do aborto, a contestação do papel da esposa-mãe-dona-de-casa podem ser pensadas como sinais de outro tipo de resistência social das mulheres.

Por outro lado, não se trata de querer recuperar uma imagem heróica da mulher, como figura combativa mas silenciada pelo discurso dos dominantes, uma vez que em grande parte ela também foi conivente com a construção, ou pelo menos com a aceitação da representação romântica da esposa-mãe-dona-de-casa. Não se trata também de revelar uma outra história, encoberta por detrás das espessas brumas do discurso do poder, em que as mulheres operárias emergiriam como um movimento especificamente feminino, reivindicando seus direitos enquanto categoria marginalizada e oprimida. O que se coloca, a meu ver, é a necessidade de apreender as diversas formas que a resistência feminina assumiu e, neste caso, especialmente no campo da moral. É nesta perspectiva que figuras como Maria Lacerda de Moura, como Pagu e tantas outras ilustres desconhecidas adquirem um destaque diferenciado.

O mito do amor materno

Aos discursos masculinos e normativos dos poderes públicos, dos industriais e do movimento operário, que designam o lugar da mulher na sociedade e constroem sua identidade, vem acrescentar-

12. Eni Mesquita, *A Família Brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1982; Maria Odila Silva Dias, *op. cit.*

se uma outra fala que, "científica", fornecerá todos os suportes teóricos de sustentação àqueles: *o discurso médico-sanitarista*.

É principalmente recorrendo ao problema do aleitamento materno natural e à condenação da amamentação mercenária que o poder médico formulará todo um discurso, a partir de meados do século XIX, de valorização do papel da mulher, representada pela figura da "guardiã do lar".¹³ As várias teses de doutoramento defendidas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, desde meados do século XIX, procuram demonstrar a "missão sagrada" atribuída à mulher e sua "vocaçãõ natural" de procriação. Através de argumentos os mais variados, mas especialmente de cunho moral, este discurso pretende fundar um novo modelo normativo de feminilidade e convencer a mulher de que deve corresponder a ele. Na verdade, ela vai ser o centro de todo um esforço de propagação de um modelo imaginário de família, orientado para a intimidade do lar, onde devem ser cultivadas as virtudes burguesas.

No discurso médico, dois caminhos conduzirão a mulher ao território da vida doméstica: o instinto natural e o sentimento de sua responsabilidade na sociedade. Enquanto para o homem é designada a esfera pública do trabalho, para ela o espaço privilegiado para a realização de seus talentos será a esfera privada do lar. Tudo que ela tem a fazer é compreender a importância de sua missão de mãe, aceitar seu campo profissional: as tarefas domésticas, encarando a esposa-dona-de-casa-mãe-de-família.

Tudo sugere que o destinatário inicial destas teses que criticavam a prática do aleitamento mercenário eram as mulheres das famílias mais abastadas que possuíam escravas, empregadas também em função de amas-de-leite. O problema do abandono infantil era parcialmente explicado pelo desejo egoísta e narcisista de manter o corpo belo, de conservar a forma estética e pelo medo de perder o marido, a exemplo das aristocratas francesas. Na tese médica do dr. A. de Azevedo Borba Júnior por exemplo, denunciava-se entusiasticamente a recusa do aleitamento natural pelas mulheres ricas:

Mulheres há que, gozando boa saúde, em boas circunstâncias de aleitar, levadas por sentimento de vaidade, para não perderem a elegância do seu talhe, a formosura dos seus seios, a frescura de suas faces, inebriadas pelos prazeres, com a única preocupação de

13. Elizabeth Badinter, *L'Amour en Plus*. Paris, Flammarion, 1982, em português *Um amor conquistado*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

se exibirem nos salões onde as sedas farfalham, onde as luzes deramadas pelos candelabros fazem brilhar as jóias dos seus adornos (...) negam ao pequenino ser, (...) o alimento de que ele tanto necessita. O aleitamento não altera a beleza (...).¹⁴

O motivo da prática da amamentação mercenária era buscado na vaidade da mulher e se em alguns casos o médico apelava para as desvantagens advindas, neste procurava convencê-la dos benefícios resultantes do aleitamento natural para a estética. Assim, na medida em que o interlocutor do discurso médico é a mulher abastada, este procura persuadi-la de que, ao contrário do que o senso comum acredita, o aleitamento natural torna-a mais atraente e bonita e não deforma o corpo, já que faz parte da realização de sua própria natureza.

De modo geral, o grande argumento contra o aleitamento mercenário era a elevada taxa de mortalidade infantil e, nesse sentido, o poder médico criticava asperamente o comportamento das mães de todas as classes sociais que não amamentavam seus pobres filhinhos. Os médicos propunham, então, que as mulheres fossem convencidas de sua "vocação natural" para a maternidade e aconselhadas sobre os perigos que a criança alimentada fora do seio materno poderia sofrer. Ainda em 1927, o dr. Amarante, do Departamento Nacional de Saúde Pública, publicava o artigo "Cuidados com o lactante normal", no jornal *A Folha Médica*, em que desfilava uma série de atributos que tornariam o leite materno o principal alimento da criança, entre os quais sua própria composição química:

É o leite materno um produto vivo, que contém fermentos solúveis ativos, verdadeiras vitaminas; além disso, encerra produtos endócrinos, como por exemplo os da tireóide, que agem como verdadeiros princípios hormonios (sic) da espécie. (...) É, pois, um alimento completo.¹⁵

A contínua condenação do aleitamento mercenário, se atentarmos para o número de teses e artigos médicos publicados desde final do século XIX, persiste no seguinte, estendendo-se também aos setores sociais inferiores. Nestes, a necessidade do trabalho fora de casa constitui um obstáculo à realização da nova função

14. A. de Azevedo Borba Júnior. *O Aleitamento Materno Sob o Ponto de vista médico-social*. Tese de Doutorado, Bahia, 1913, p. 30.

15. João Amarante, "Cuidados com o lactante normal", in: *A Folha Médica*, 1.º-6-1927, p. 136.

de "guardiã do lar", exigindo que a mulher trabalhadora contrate uma nutriz para amamentar seu filho, ou que se empregue como tal. Inconformado, o dr. Pitágoras Barbosa Lima lastimava, em sua tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1914, que esta "indústria" crescera muito, constituindo

um abuso, pois, vemos mulheres, que podendo ser as próprias amas de seus filhos, vão entretanto buscar nutrizas mercenárias para amamentarem-nos (...).¹⁶

Chegando à conclusão da impossibilidade de erradicar definitivamente o "mal", diante da recusa tenaz das mulheres a seguirem seus "instintos naturais", o poder médico procura então garantir a alternativa de exercer um controle sobre ele, regulamentando a prática da amamentação mercenária:

Está, portanto, demonstrado que o aleitamento mercenário não pode desaparecer da sociedade; o nosso dever agora é cercá-lo de toda a vigilância possível e para este fim toda a regulamentação ou fiscalização concernente a esta indústria deve visar às três pessoas nela interessadas mais diretamente: a nutriz, seu filho e o lactante, a quem ela vai amamentar.¹⁷

Concluía-se que a amamentação mercenária deveria ser fiscalizada rigorosamente pelos especialistas competentes: os médicos, higienistas, puericultores, pediatras, filantropos e administradores. Assim, as práticas sociais condenáveis deveriam ser enquadradas e vigiadas atentamente na impossibilidade de serem eliminadas.

O médico acima citado propunha ainda um "Projeto de Regulamentação do Serviço de Amas-de-Leite", composto por onze itens. O segundo determinava que a nutriz só poderia exercer esta função desde que fosse autorizada após exame realizado por um médico, que lhe forneceria um certificado e sem o qual seria multada.

Embora o cerne da questão sobre o aleitamento mercenário fosse a mortalidade infantil elevada e a preocupação com a nova

16. Pitágoras B. Lima. *O Aleitamento Mercenário e sua Fiscalização*. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, 1914, p. 52.

17. *Idem*, p. 52.

força de trabalho do país, problema econômico portanto, é interessante observar que a discussão se trava muito mais com argumentos de cunho moral. O recurso à nutriz é apresentado, no discurso médico, como obstáculo à constituição da família moderna sadia, por contrariar os desígnios da própria natureza:

“O aleitamento mercenário entre nós é um cancro roedor de nossa fortuna em virtude do alto preço por que é hoje exercido, do nosso sossego no íntimo da família em razão da qualidade das pessoas que nele se empregam; e das inúmeras moléstias que afligem nossos filhos (...).”¹⁸

O leite da nutriz, da escrava à ama-de-leite assalariada, aparece na representação médico-sanitarista como perigoso por ser portador de germes que afetarão o organismo da criança, debilitando-o, e também como ameaça de degeneração da família. O leite atua, então, como agente transmissor de doença. Mas a questão não é colocada apenas no sentido físico. Além da ameaça de contágio físico da criança amamentada pela nutriz, critica-se o aleitamento mercenário a partir de um ângulo moral: a nutriz surge neste discurso “científico” como pessoa de hábitos duvidosos, impregnada de vícios, como elemento estranho e pernicioso penetrando e destruindo a intimidade da família. Tanto quanto a escrava, a nutriz assalariada é condenada como portadora do vírus físico e moral de contaminação e possível desagregação da família. A partir desta figura da anormalidade é que se constrói a imagem da boa mãe; daí o papel moralizador da nova figura materna proposta pelo discurso médico como a “guardiã vigilante do lar”.

Na verdade, a discussão que se abre em torno do aleitamento mercenário, visando convencer a mulher da importância de seu cuidado direto e permanente com os filhos, constitui uma primeira brecha pela qual o poder médico penetra no interior da família, redefinindo os papéis de cada um.

O discurso masculino e moralizador dos médicos e sanitaristas procura persuadir “cientificamente” a mulher, tanto da classe alta como das camadas baixas, de sua tarefa natural de criação e de educação dos filhos. Além das teses publicadas e das campanhas empreendidas por higienistas, assistentes sociais, pedagogos e pedia-

18. A. Moncorvo Filho, *Histórico da proteção à infância no Brasil, 1500-1922*, Rio de Janeiro, Emp. Graphica Ed., 1926, p. 69.

tras, o dr. Moncorvo Filho imagina a realização de um concurso que funcionaria como incentivo às mães pobres para amamentarem seus próprios filhos. Em 1902, este médico de renome, fundador do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, no Rio de Janeiro, instituiu o “Concurso de Robustez”, premiando as mães pobres que alimentassem naturalmente seus nenês até o sexto mês.¹⁹

Em 1909, o dr. Graziano, em sua tese sobre a *Mortalidade Infantil em São Paulo*, reclamava que só existia um serviço de exames das nutrizes, instalado na Diretoria do Serviço Sanitário, e a Gota de Leite, instituída na Policlínica de São Paulo desde 1905. Queixava-se de que no Departamento do Serviço Sanitário eram raras as amas-de-leite que se apresentavam, apesar de todos os esforços de conscientização que faziam, a exemplo da publicação de um boletim de “Conselho de mães”, ou, no Rio de Janeiro, das inúmeras palestras que a equipe do dr. Moncorvo Filho realizava para as mães pobres.

A valorização do papel materno difundido pelo saber médico desde meados do século passado procurava persuadir as mulheres de que o amor materno é um sentimento inato, puro e sagrado e de que a maternidade e a educação da criança realizam sua “vocação natural”:

A mulher que contrai casamento deve ser convencida das leis naturais e morais que obrigam-na a exercer o círculo completo das funções de mãe. Se a isto recusar é que há uma falsificação dos sentimentos contrariando as manifestações naturais e sacrificando o dever que é sacrificar a si, a prole e a humanidade (...).²⁰

Assim, aquela que não preenchesse os requisitos estipulados pela natureza, inscrevia-se no campo sombrio da anormalidade, do pecado e do crime. Não amamentar e não ser esposa e mãe significava desobedecer a ordem natural das coisas, ao mesmo tempo que se punha em risco o futuro da nação.²¹

19. *Idem*, p. 56.

20. Vitorino Assunção, *Garantia Sanitária da Prole*. Tese de Doutorado, Bahia, 1909, pp. 35-6.

21. Era o que acontecia nos países decadentes como o Brasil, segundo a crítica de Godofredo Barnley e Rodolfo Teófilo. Nas sociedades perfeitas que imaginaram no começo do século, em *São Paulo no Ano 2000*, escrito em 1909 ou em *O Reino de Kiato*, de 1922, respectivamente, ambos opunham à mulher, vaidosa que se “masculiniza”, ao penetrar nos espaços públicos assistindo às sessões científicas e literárias, “a mulher no lar, cuidando

De um lado, expunham-se as recompensas da carreira do casamento e da maternidade: uma relação mais sólida entre os membros da família, o amor do marido, a mulher elevada à condição de figura central do seu território. De outro, as punições: sentimento de culpa, frustração, os castigos da natureza contrariada, os perigos físicos da não-procriação ou da retenção do leite, no caso das mães, etc.

A "nova mãe" passa a desempenhar um papel fundamental no nascimento da família nuclear moderna. Vigilante, atenta, soberana no seu espaço de atuação, ela se torna a responsável pela saúde das crianças e do marido, pela felicidade da família e pela higiene do lar, num momento em que cresce a obsessão contra os micróbios, a poeira, o lixo e tudo o que facilita a propagação das doenças contagiosas. A casa é considerada como o lugar privilegiado onde se forma o caráter das crianças, onde se adquirem os traços que definirão a conduta da nova força de trabalho do país. Daí, a enorme responsabilidade moral atribuída à mulher para o engrandecimento da nação.

Assim, o discurso médico concede-lhe uma autoridade na esfera doméstica que pretende quebrar o poder do pai, enquanto que aquela que trabalha fora do lar é incumbida da atividade de civilização da classe operária: ela deverá impedir que o marido freqüente o bar, que se embede, que tenha más companhias e que todos fiquem na rua até tarde.²²

Ao mesmo tempo, o recurso a uma linguagem mística para definir a função da nova mãe eleva-a ao nível da Santa Maria, enquanto que a comparação com os animais pretende provar que o amor materno pertence à natureza de todas as fêmeas:

Se a natureza, oh! mulher,
De ser mãe deu-te o prazer
Segue a lei da natureza
Cumprir de mãe o dever.
.....

da educação dos filhos, da formação do caráter deles nos moldes da sua moral, da sua educação física". Esta prestava maior serviço à pátria cumprindo sua função natural do que "no parlamento ditando leis", pois "o exercício de profissões liberais está em completo desacordo com seu organismo". In: Teresinha A. Del Fiorentino, *Utopia e Realidade. O Brasil no Começo do Século XX*. São Paulo, Cultrix, 1979, p. 64.

22. J. Donzelot, *A Política das Famílias*. Rio de Janeiro, Graal, 1980.

Se os animais que não pensam
Cumprir de mãe a missão
Só não saberá ser mãe
Tu que possues a razão?

(Dr. T. Vianna) ²³

Para fundamentar a divulgação do mito do amor materno, o poder médico busca respaldo no conceito da nova mulher, definido entre outros, pelo teórico iluminista francês, Jean-Jacques Rousseau. Juvenal M. das Neves, em sua tese de doutoramento sobre o aleitamento natural, artificial e misto, recorria ao filósofo das Luzes para informar suas conclusões:

Um inconveniente que deveria desencorajar qualquer mulher sensível de fazer seu filho ser alimentado por outra é o de partilhar o direito de ser mãe, ou antes, de aliená-lo.

O pensamento de Rousseau tem enorme influência entre os homens cultos do período, tanto na Europa como no Brasil. Suas idéias pedagógicas são difundidas e aceitas como referências paradigmáticas pelos médicos sanitaristas preocupados com a medicalização da sociedade.

No *Émile*, ao descrever o que entende por natureza feminina, Rousseau reproduz e aprofunda a representação burguesa da mulher, seguindo literalmente a ordem descrita no Gênesis: Sofia, a companheira de Émile, só entra em cena depois que Rousseau modelou o homem e que este precisa de uma companhia. Ele é definido como forte, corajoso, ativo, inteligente, pensante, enquanto que ela é naturalmente fraca, submissa, passiva, complemento masculino. A mulher é definida por aquilo que o homem não tem, em oposição a ele, como sua sombra. Daí, ao estabelecer como deve ser a boa educação da futura esposa e mãe, Rousseau acredita que a mulher não deve desviar-se do caminho já traçado pela natureza. Sofia deve aprender aquilo que convém à sua natureza pré-determinada: desenhar, bordar, cozinhar, mas "não se meter nos negócios públicos", como diz Rousseau.²⁴

23. In: A. A. Borba Jr., *O Aleitamento Materno sob o Ponto de Vista Médico-Social*. Tese de Doutorado, Bahia, 1913.

24. In: E. Badinter, *op. cit.*, p. 240; ver ainda Edward Shorter, *Naissance de la Famille Moderne*. Paris, Seuil, 1977, p. 238.

Para formar esta personalidade submissa e alienada recomendada pelo filósofo iluminista, ela deveria viver enclausurada em seu ambiente natural, o lar, assim como uma freira que sabe se restringir ao convento. Como esta, a boa esposa-mãe exemplar deveria saber dirigir a casa e entender de sacrifício, de devoção, de compreensão e ternura. A maternidade, portanto, é concebida como sacerdócio, e as responsabilidades maternas serão ampliadas à medida que se procura limitar sua participação no mundo exterior. A proximidade do moralismo do discurso médico com o do filósofo francês, pelo qual é inspirado, evidencia-se quando ele pretende qualificar a função da mãe na tarefa de educação da criança:

Quão nobre esta missão que exige o devotamento no mais alto grau; a paixão pelo lar; o sacrifício contínuo do seu bem-estar e o esquecimento dos prazeres para só se ocupar dos cuidados íntimos da casa, do amor e da educação dos seus filhinhos,

pregava o dr. Amarante em "Atividade mental da criança e a educação", artigo publicado em 1927, em *A Folha Médica*.

Identificada à religiosa ou mesmo considerada como santa, à imagem de Maria, a mãe será totalmente dessexualizada e purificada, ainda mais que, ao contrário, a mulher sensual, pecadora, e principalmente a prostituta, será associada à figura do mal, do pecado e de Eva, razão da perdição do homem. Assim, serão contrapostas no discurso burguês duas figuras femininas polarizadas, mas complementares: a santa assexuada mas mãe, que deu origem ao homem salvador da humanidade, que padece no paraíso do lar e esquece-se abnegadamente dos prazeres da vida mundana, e a pecadora diabólica, que atrai para as seduções infernais do submundo os jovens e maridos insatisfeitos. A primeira, toda alma e sacrifício — símbolo do bem; a segunda, exclusivamente carnal e egoísta — encarnação do mal. Ambas, no entanto, submissas, dependentes, porcelanas do homem, incapazes de um pensamento racional e, conseqüentemente, de dirigirem suas próprias vidas.

Na linha de raciocínio exposta por Rousseau no *Emile*, o discurso médico, tanto aqui quanto em outros países europeus, definirá as características essenciais da personalidade do menino

e da menina indicando, juntamente com a pedagogia, qual a educação que mais se ajusta a cada um, de modo a não contrariar os preceitos da natureza já determinados. Segundo o dr. João Amarante, em artigo publicado pela *Folha Médica*, de 1-7-1927, sobre "A atividade mental da criança e a educação":

Da menina, em sua simplicidade cândida, o observador encontra feita uma análise completa da sua alma: grande sensibilidade, emotividade, facilidade de chorar e de rir, timidez e ... faceirice desde os 5 anos. Como é bem diferente o menino. Sua fisionomia, seu olhar mais vivo, sua voz mais forte acusam já o caráter de mando que lhe domina os atos. Enquanto a menina em tudo manifesta sua aspiração a ser a rainha de um lar, o menino sonha visivelmente com sua liberdade (...).

À menina são atribuídos qualificativos como passividade, docilidade, desejo de poder em seu território natural, o lar, instinto de maternidade, romantismo, enquanto que ao sexo masculino correspondem a vocação do poder, a capacidade de tomar iniciativas, tenacidade, desejo de liberdade e racionalidade. A partir da constatação destes traços "inatos" da personalidade, instituídos pela representação burguesa dos sexos, o poder médico define as tarefas do educador: incutir no menino "o dever de obediência, respeito e amor", ou seja, discipliná-lo para cumprir o papel social que a sociedade burguesa lhe reserva. Além disso, os filhos deveriam ser educados pela mãe, no lar, com o auxílio indispensável do médico da família, cuja presença assídua preveniria as doenças físicas e os desvios morais.

Vale atentar para a maneira pela qual o discurso burguês, ao estabelecer uma rígida linha de demarcação entre os sexos, dessexualiza a mulher. Assim, na representação santificada da mãe-esposa-dona-de-casa, ordeira e higiênica, o aspecto sexual só aparece se associado à idéia de procriação. O direito ao prazer no ato sexual é reservado ao homem, enquanto que a mulher deve manter sua castidade mesmo depois de casada. A ascensão da figura da mãe pregada pelo discurso burguês inibe a sexualidade conjugal: a mulher, destinada à carreira da maternidade, não pode procurar o prazer do coito, e a idéia do orgasmo materno se torna algo escandaloso ou mesmo impensável. Na verdade, a ciência médica e a psiquiatria posteriormente procurarão mostrar que o homem

tem um desejo sexual mais forte do que a mulher por sua própria constituição biológica, o que por sua vez justifica a busca da prostituta pelo marido que respeita a esposa, mas que precisa reafirmar cotidianamente sua virilidade. A influência do padre, multiplicando as interdições sobre o sexo conjugal, reforça este modelo de casal que permanece inquestionável até a década de 60.²⁵

Não é de se estranhar que, ao estudar *O Onanismo na Mulher e suas Influências Sobre o Físico e o Moral* (1886), o dr. A. D'Almeida Camilo apresente a masturbação feminina como um "terrível vício", e que encontre a causa desta prática condenável na ociosidade da mulher rica,

que deixa a direção da casa entregue a seus fâmulos, ficando na inatividade, (e) revolve em seu espírito tudo que a imaginação pode oferecer de belo e fictício, dispondo assim de tempo supérfluo para a libertinagem solitária.

Evidentemente, as conseqüências da prática da masturbação feminina, clitoriana ou vulvovaginal, não poderiam ser menos destrutivas, tanto para o organismo quanto para o espírito: distúrbios digestivos, disfunções do aparelho circulatório e respiratório, rouquidão, tosse, ansiedade torácica, falta de desenvolvimento do tórax, até histeria, epilepsia, insônia, loucura, hipocondria eram apresentados como fantasmas físicos da "doença". Diagnosticado o problema, seguem-se as indicações de prevenção ou cura. No primeiro caso, desde pequena a criança deveria ser impedida de tocar em seus órgãos genitais ou de ser tocada, deveria evitar alimentos fortes e "bebidas espirituosas"; em compensação, deveria habituar-se aos esportes, como a natação, ginásticas, etc., exercícios que não lhe deixariam muito tempo livre e, finalmente, deveria ser *vigiada* em todo os lugares por onde circulasse, assim como suas companhias, deitar exausta de cansaço e levantar bem cedo "de modo a combater a moleza".

25. Michel Foucault discute o processo pelo qual o corpo e o sexo da mulher foram patologizados desde o século XVIII pelo saber médico e posteriormente pela psiquiatria. In: *História da Sexualidade. I. A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro, Graal, 1979. Ver também Carl Degler, "What ought to be and what was: women's sexuality in the nineteenth century", in: *The American Historical Review*, vol. 79, n.º 5, dezembro de 1974.

Seqüestro da sexualidade insubmissa

(...) que possamos, de qualquer maneira, estar ao mesmo tempo em toda a parte (...).

Parent-Duchâtelet

Mulheres de má vida, meretrizes insubmissas, impuras, insignificantes, o que fazer com essas loucas que recusam o aconchego do casamento, que negam a importância do lar e preferem circular enfeitadas pelas ruas, desnudando partes íntimas do corpo, exalando perfumes fortes e extravagantes, provocando tumultos e escândalos, subversivas que rejeitam o mundo edificante do trabalho, surdas aos discursos masculinos moralizadores e que perseguem a todo o custo a satisfação do prazer?

Assim como a masturbação, a prostituição é classificada pelo saber médico e criminológico como "vício", "fermento corrosivo lançado no grêmio social", que tende a alastrar-se e a corromper todo o corpo social. "A tendência natural do vício é de alastrar-se n'um *crescendo* que tudo levará de vencida, se não se lhe opuser uma barreira, que contenha os seus ímpetos", afirmava enfaticamente em São Paulo o secretário de polícia Cândido Motta, em 1897.²⁶

Como energia natural e selvagem irrompendo das profundezas do social, a prostituição deveria ser represada para que não transbordasse em práticas condenáveis, desconhecidas e clandestinas.

Alexandre Parent-Duchâtelet é a influência predominante no meio médico-sanitarista e entre a polícia de costumes brasileira, preocupada em conhecer de forma minuciosa e controlar rigidamente a vida cotidiana das prostitutas.

Herdeiro da tradição agostiniana, este médico francês, especialista em esgotos e na higienização da cidade de Paris, identifica a prostituição às imundícies do submundo e reflete a nova obsessão com os miasmas e com o lixo, que apavoram as classes dominantes. Defensor ardente do projeto "regulamentarista" aplicado na França desde inícios do século XIX, realiza um minucioso estudo sobre as origens da prostituição, a vida cotidiana das meretrizes, faz um levantamento estatístico de sua proveniência, idade, estado civil, profissão, hábitos, clientela e preconiza as formas de controle das

26. Cândido Motta, *Prostituição, Polícia de Costumes, Lenocínio*. Relatório apresentado ao Exmo. Dr. Chefe de Polícia, São Paulo, 1897.

condutas sexuais extraconjugais, confinadas nas casas de tolerância e nos bordéis registrados pela polícia. Em vários países da Europa, sua influência permanece incólume até o final do século XIX, quando os "aboliconistas", juntamente com outros grupos radicais, questionam o enclausuramento da "sexualidade vagabunda". Não obstante, também no Brasil, sua principal obra, *La Prostitution à Paris au XIX^{ème} Siècle*, concluída em 1936, tem larga difusão entre os "especialistas" da prostituição e das práticas sexuais "perigosas", mesmo depois de criticada em seu país de origem.²⁷

Seguindo seus passos, os médicos sanitaristas brasileiros invadem o submundo da prostituição, classificam as mulheres "degeneradas", investigam seus hábitos e gostos, diagnosticam suas doenças, procurando acumular todo um conhecimento sobre a mulher pública e difundir o estereótipo da puta, a partir do qual elas serão situadas para fora do campo da normalidade sexual e social. Nos laboratórios de estudo em que são transformados os bordéis, os hospitais e as prisões das "perdidas", elaboram-se simultaneamente técnicas de saber e estratégias de poder destinadas a enclausurar e a domesticar as práticas sexuais extraconjugais.

Recorrendo aos mesmos argumentos moralistas de Parent-Duchâtelet, o médico F. Ferraz de Macedo, em sua tese de doutoramento sobre a prostituição no Rio de Janeiro, de 1873, conclui que entre as várias causas que favorecem a prostituição pública, destacam-se: a ociosidade, a preguiça, o desejo desmesurado de prazer, o amor ao luxo, a miséria financeira, que leva a mulher a buscar recursos próprios fora do lar, o desprezo pela religião, a falta de educação moral e principalmente o temperamento erótico da mulher. Além disso, acrescenta, os bailes populares e as folias carnavalescas criam condições especiais para a emergência de práticas devassas e pervertidas. Principalmente numa cidade quente e úmida, como o Rio de Janeiro, onde predomina "o temperamento nervoso de seus filhos", "cujo produto é nada menos do que uma imaginação ardente — são poetas, romancistas, phantasmagóricos, etc."²⁸

27. A. Parent-Duchâtelet, *La Prostitution à Paris au XIX^{ème} Siècle*. Paris, Seuil, 1981; A. Corbin, *Les Filles de Noce*. Paris, 10/18, 1982.

28. F. Ferraz de Macedo, *Da Prostituição*. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, 1873.

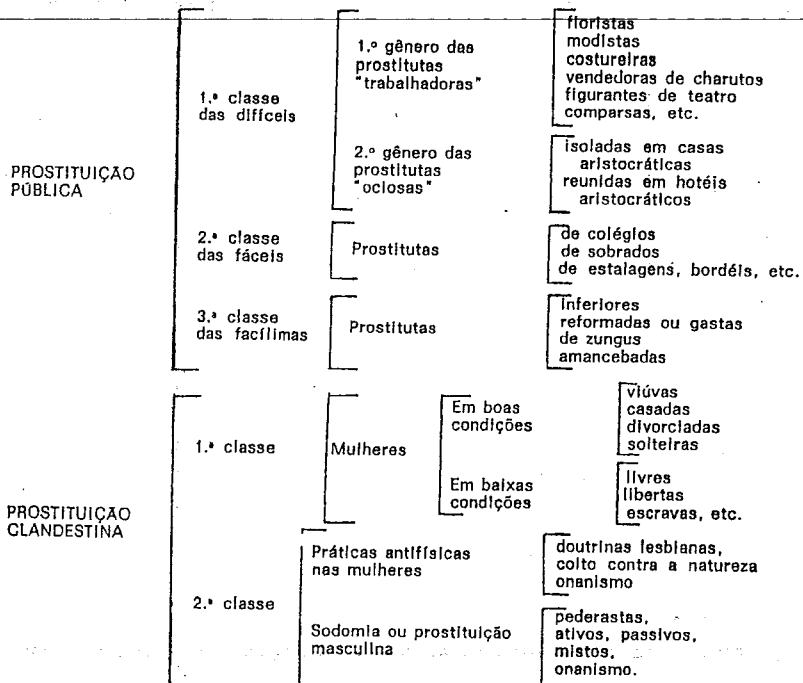
As inúmeras teses que, como esta, estudam o fenômeno da prostituição, tendo em vista combater a propagação da sífilis e das doenças venéreas, repetem os mesmos argumentos e a mesma metodologia dos regulamentaristas franceses.

Assim, é em nome da luta contra o "perigo venéreo", em defesa da saúde da população e da preservação da espécie, que se estuda e medicaliza a sexualidade da mulher, que se aborda o problema da prostituição e que se instituem os padrões de comportamento da mulher honesta e casta e da vagabunda. Através de estatísticas realizadas com o apoio da polícia, estes estudos procuram mostrar que a grande maioria das prostitutas provém das camadas mais pobres da população, especialmente das "não-casadas das classes proletárias", na expressão de J. B. Leme, que exerciam anteriormente atividades de floristas, costureiras, operárias, domésticas, artistas de teatro, entre outras.²⁹

Evidentemente, a mulher pobre que se prostitui é associada à imagem da criança ou do selvagem que necessita dos cuidados do Estado e das classes dominantes na condução de sua vida. Imatura, ela é uma pessoa desorientada que se perdeu na vida e que precisa dos socorros dos especialistas para reencontrar o bom caminho e reintegrar-se na sociedade. Conclusão paradoxal, já que a prostituta não é uma criminoso que deve arrepender-se e retornar à normalidade, pois "a prostituição numa cidade, numa vila, em qualquer lugar de certo movimento, é uma necessidade vital, torna-se uma válvula de segurança social, com especialidade, coibindo vícios no elemento púbere varonil e mantendo um certo e determinado equilíbrio na ação popular da localidade", como afirmava o dr. Simões da Silva em seu trabalho sobre a *Fiscalização da Prostituição no Brasil em Favor da Infância*, de 1924.

Já o dr. F. Ferraz de Macedo em sua tese chega mesmo a construir um "mapa classificativo" da prostituição na cidade do Rio de Janeiro, segundo o qual as meretrizes são divididas e subdivididas em classes, gêneros e espécies, a exemplo das borboletas e mariposas:

29. J. B. Leme, *O Problema Venéreo*. São Paulo, 1926, p. 74.



A partir deste quadro, o saber médico caracteriza as prostitutas catalogadas nos vários itens. Assim, as mulheres públicas do primeiro gênero da primeira classe, isto é, as putas trabalhadoras (floristas, modistas, etc.) têm traços comuns como o tipo de roupa, a habitação, os costumes, as horas de trânsito, "o modo de se renderem, o modo de expressão (voz, estilo, termos, gestos, etc.) (...)" ; as do segundo gênero da primeira classe, as prostitutas ociosas, vivem isoladas em casas aristocráticas, possuem "grande cópia de intimidades e relações escolhidas do sexo masculino. Bom número destas meretrizes é fornecido pelos teatros (...)". Já as da terceira classe, das fáclimas, "cuidam das paredes dos quartos com quadros e imagens de diversos santos!", enquanto que as prostitutas reformadas vivem em casas "de mais grosseiro aspecto e mais despida de adornos (...). Geralmente as donas destas casas são pretas, pardas livres e libertas, mas todas gastas na idade e no vício (...)". Mas o que ele considera como o tipo mais degradante de habitação das putas é o *zungu*, "habitação sombria, verdadeiro antro de pare-

des enegrecidas pela fumaça de fogareiros e nauseabundos cachimbos dos frequentadores e habitantes (...)" .

Os sanitaristas brasileiros retomam o perfil da prostituta desenhado por Parent-Duchâtelet e sucessivamente reproduzido pela literatura prostitucional. Este modelo imaginário de prostituta, que teve aceitação universal, determinou o comportamento das próprias mulheres identificadas com esta condição. Além disso, ao referenciar seu comportamento, o modelo da mundana construído pelo médico francês fortaleceu ao mesmo tempo o ideal da mulher honesta, mãe dedicada e submissa, na medida em que se diferenciava do contratipo repelente da meretriz. Afinal, a dona-de-casa agarrou-se ao modelo da mulher casta tanto mais firmemente quanto ele se distinguiu do modelo da "mulher da vida", símbolo da perdição e da monstrosidade.

Um dos traços mais característicos da personalidade da mulher pública, na visão dos médicos, é a *preguiça*, a aversão ao trabalho e a perseguição desenfreada do prazer. A prostituta é aquela que, ao contrário da mulher honesta e pura, vive em função da satisfação de seus desejos libidinosos e devassos. Ela "tem um andar, um sorriso, um olhar, uma atitude que lhe são próprios; é preguiçosa, mentirosa, depravada, extremamente simpática ao álcool, despreocupada do futuro, e muitas vezes destituída de senso moral". Antítese da esposa honesta, a mulher da vida tem um "apetite sexual exaltado, (...) inato e incontido, que leva a precocidades, por vezes fantásticas, na prática de perversões ou mesmo do coito". É burra e ignorante: "Limitadíssimos são os seus recursos intelectuais, raríssimas mulheres poderiam sustentar uma conversação em que seja necessário o manejo do raciocínio ou pequena contribuição lógica (...)". Leviana, inconstante, volúvel, irregular, adora o movimento, a agitação e a turbulência: "poucas há que persistam num mesmo domicílio durante o espaço de um ano". Instável física e espiritualmente: "Variáveis de opiniões, incapazes de seguir um assunto até o fim, levianas, exaltadas, irritáveis, e muitas vezes insolentes". A puta é aquela que, gulosa e incontrolável, adora os excessos: de álcool, de fumo, de sexo.

Suas atividades, quando estão sozinhas, são fúteis e banais: "entregam-se à calaçaria (*sic*), ao sono, a conversações fúteis ou de um alcance limitado unicamente às virtudes, vícios, ou defeitos das colegas e de seus amantes ou frequentadores; outras vezes fumam, jogam, brincam, berram, cantam, dançam e concluem paramentando-se". As "aristocráticas" acordam tarde e passam o dia

arrumando-se, embonecando-se, algumas vezes passeiam de carro ou ficam na janela. Sempre usam falsos nomes e adoram flores e animais. Mas chegam a ter boas qualidades: "O sentimento de caridade não só para as colegas como para o próximo é uma das virtudes mais salientes das prostitutas". Estão sempre dispostas a se socorrerem nas horas de infortúnio, são carinhosas quando encontram pessoas infelizes e carentes, mas "nunca essa virtude é fixa nelas".

Ao contrário do que afirma Parent-Duchâtelet a respeito da puta parisiense, para nossos médicos as prostitutas brasileiras não são "excelentes mães", pois preferem abortar a ter seu corpo deformado pela gravidez.

Quanto aos relacionamentos afetivos, as prostitutas sempre têm amantes, sejam fixos ou eventuais. Em geral, apaixonam-se por rapazes de famílias abastadas que buscam aventuras e querem dar vazão aos seus desejos libidinosos. Já os amantes "persistentes" podem ser do sexo masculino ou feminino. Frequentemente, estes "rufiões" são sustentados pelas mulheres da vida apenas para lhes fazerem companhia quando vão às compras, ao teatro, aos bares ou bailes. Costumam bater nas amantes que, aliás, só exploram e não amam e amontoam-se nos cafés, nos botequins e bilhares.

Assim, o retrato da mulher pública é construído em oposição ao da mulher honesta, casada e boa mãe, laboriosa, fiel e dessexualizada. A prostituta construída pelo discurso médico simboliza a negação dos valores dominantes, "pária da sociedade" que ameaça subverter a boa ordem do mundo masculino. Seu objetivo principal é a satisfação do prazer e, nesta lógica, prazer e trabalho são categorias antinômicas. Por isso, ela deve ser enclausurada nas casas de tolerância ou nos bordéis, espaços higiênicos de confinamento da sexualidade extraconjugal, regulamentados e vigiados pela polícia e pelas autoridades médicas e sanitárias.

Vale lembrar como o primado do instinto natural se sobrepõe ao da miséria econômica na explicação das causas do fenômeno da prostituição. A medida que se elabora o conceito de higiene social, a teoria da prostituição inata e hereditária ganha cada vez maior número de adeptos e só é contestada pelos grupos anarquistas, no Brasil e na Europa. São também inúmeros os estudos que pretendem provar através da antropologia criminal que as prostitutas, assim com os criminosos e anarquistas, possuem uma configuração do cérebro diferente e alguns sinais orgânicos que as distinguem da maioria das pessoas normais.

Apoiando-se em Lombroso, para o qual as prostitutas se caracterizam por sua fraca capacidade craniana e por mandíbulas bem mais pesadas que as das mulheres honestas, o delegado de polícia Cândido Motta procurava provar as semelhanças da constituição física dos criminosos natos e dos anarquistas, comparando os crânios de Ravachol, conhecido anarquista francês e S. Anna Leão, assassino espanhol:

Ravachol, diz Lombroso, apresenta o tipo mais completo do criminoso-nato não só na face mas no hábito do crime, no prazer do mal, na ausência completa do senso ético, no ódio que ostenta pela família, na indiferença pela vida humana. O que dá logo na vista ao contemplar-se a fisionomia de Ravachol, é a brutalidade. A face que apresenta uma assimetria pronunciadíssima distingue-se por uma enorme stenocrataphia, e exagero das arcadas superciliares, pelo nariz muito desviado para a direita, orelhas em asa e colocadas em nível diferente, enfim pela mandíbula inferior enorme, quadrada e saliente completando nesta cabeça os caracteres típicos do delinqüente-nato.

É justamente o que se nota em S. Anna Leão. É o tipo genuíno de criminoso-nato. As mesmas assimetrias notadas no primeiro encontram-se neste (...).³⁰

A mesma tensão que percorre o discurso médico e criminológico sobre a prostituição reaparece quando se enfrentam os temas da criminalidade ou do "perigo" apresentado pela violência das classes trabalhadoras. Nesse sentido, a ameaça do perigo biológico é identificada à ameaça social representada por classes inferiores e incivilizadas, que os dominantes acreditam dever conter. Os programas de eugenia, que se desenvolvem na segunda metade do século XIX na Europa, e no Brasil nas primeiras décadas do século XX, visam gerir as relações sexuais e sociais que se estabelecem nas diversas classes sociais.

Inspirados nos métodos da sociologia empirista e impulsionados pela idéia sanitaria, os médicos ligados aos órgãos públicos de controle da saúde da população, preocupam-se com a vigilância e o controle da prostituição, necessária porém perigosa. Não só o sexo pode ser afetado por suas próprias doenças, como pode transmitir outras. Por isso, precisa ser administrado pelos especialistas

30. Cândido Motta, *Classificação dos Criminosos*. Dissertação para concurso na Faculdade de Direito de São Paulo, 1897.

autorizados. O sistema regulamentarista de domesticação das práticas sexuais criado na França aparece, num primeiro momento, como exemplo a ser seguido no Brasil.

Este projeto visa definir uma nova economia do sexo, disciplinando a prostituição de modo a impedir que se manifestem formas aberrantes de comportamento sexual. Pretende, então, estabelecer uma linha divisória nítida entre a prostituição institucionalizada e tolerada e a clandestina, que deveria ser eliminada. O ideal de puta para os regulamentaristas é a mulher recatada e dessexualizada, que cumpre seus deveres profissionais, mas sem sentir prazer e sem gostar de sua atividade sexual.

As casas de tolerância e os bordéis deveriam ser registrados na polícia, vigiados pela administração e pelas autoridades sanitárias. Estas estabeleceriam contatos estreitos com as donas dos bordéis que, por sua vez, deveriam ser pessoas respeitadas e temidas por suas afilhadas. O bordel deveria ser o anticortijo, o oposto do que representava a casa de prostituição clandestina, refletindo à sua maneira a *intimidade conjugal burguesa*. A política de costumes proibia aí qualquer prática de sexo grupal ou homossexual, muito embora estas interdições não fossem muito respeitadas.

Além de confinar as prostitutas dentro de espaços especiais, vigiados e marginalizados, os regulamentaristas defendiam que estes estivessem localizados em bairros distantes das escolas, das igrejas, dos internatos e dos bairros residenciais. As meretrizes deveriam ter poucas permissões de saída e ainda deveriam receber as visitas sanitárias a domicílio várias vezes por semana. Obrigatoriamente registradas na polícia, deveriam ser portadoras de uma carteira sanitária de identificação pela qual seriam constrangidas a passar por um exame periódico, a exemplo do que se praticava na França e em outros países da Europa. Esta carteira conteria seus dados pessoais, nome real, idade, profissão atual ou anterior, naturalidade, estado civil. No caso de serem vítimas de alguma moléstia, receberiam tratamento adequado, e as que não se submetessem aos exames médicos obrigatórios seriam multadas. Os regulamentaristas defendiam ainda a marginalização e o tratamento obrigatório de todas as prostitutas que fossem encontradas doentes.

Sabe-se que o projeto regulamentarista, introduzido na França no século passado, apesar dos adeptos veementes e de sua obsessão frente à ameaça da prostituição, fracassou e foi violentamente contestado pela campanha abolicionista levada a efeito no último quarto do século. No Brasil, o mesmo processo parece ocorrer se

levamos em conta o atual estado da prostituição no país e as frequentes denúncias de invasão das ruas e passeios pelas mulheres públicas, ou ainda as críticas de médicos que se insurgiam contra aquele sistema e defendiam o abolicionismo.

A prostituição pública suscitou desde o final do século XIX a intervenção das autoridades policiais, como forma de reprimir e de “prevenir toda ofensa à moral e aos bons costumes”, como dizia o delegado Cândido Motta. Com esta intenção disciplinar, é estabelecido um regulamento provisório às meretrizes em 1897, destinado a controlar o exercício de sua profissão. Dizia este:

- a) Que não são permitidos os hotéis ou conventilhos, podendo as mulheres públicas viver unicamente em domicílio particular, em número nunca excedente a três.
- b) As janelas de suas casas deverão ser guarnecidas, por dentro de cortinas duplas e por fora de persianas.
- c) Não é permitido chamar ou provocar os transeuntes por gestos e palavras e entabular conversação com os mesmos.
- d) Das 6 horas da tarde às 6 horas da manhã nos meses de abril a setembro, inclusive, e das 7 horas da tarde às 7 horas da manhã nos demais deverão ter as persianas fechadas, de modo aos transeuntes não devassarem o interior das casas, não lhes sendo permitido conservarem-se às portas.
- e) Deverão guardar toda decência no trajar uma vez que se apresentem às janelas ou saíam à rua, para o que deverão usar de vestuários que resguardem completamente o corpo e o busto.
- f) Nos teatros e divertimentos públicos que frequentarem deverão guardar todo recato, não lhes sendo permitido entabular conversação com homens nos corredores ou nos lugares em que possam ser observados pelo público.³¹

O medo obsessivo dos regulamentaristas diante do “aliciamento” dos transeuntes feito pelas prostitutas explica as interdições contidas nos itens c e d. Na verdade, tenta-se impor-lhes um modo de vida rígido e conventual, onde todos os horários, gestos, hábitos e maneiras de vestir sejam calculados e controlados. A prostituta e a casa de tolerância deveriam ser totalmente transparentes à vigilância panóptica da polícia de costumes e da polícia médica. E, sobretudo, o modelo da intimidade burguesa deveria prevalecer no interior dos bordéis.

31. Cândido, Motta, *op. cit.*, p. 8 e 9.

Muitas vezes, no entanto, a repressão policial utilizou da violência física contra as prostitutas e homossexuais. Jacob Penteadó recorda que freqüentemente a polícia prendia as prostitutas do Brás que, quando não levavam uma surra, recebiam uma ducha de água fria e tinham suas cabeças totalmente raspadas. As resistências também se faziam sentir:

Vingavam-se, porém, do delegado Bandeira de Mello, cantando: "O Dotô Bandaio de Merda é home muito canaia. Pega cabeça de nega e manda rapá a navaia!"³²

Procedimento que, aliás, prossegue nos dias de hoje. Apesar dos regulamentos da polícia de costumes visarem às prostitutas de todas as classes sociais, na prática eles incidem mais severamente sobre a prostituição clandestina popular.

As críticas que vários setores da sociedade dirigem ao sistema regulamentarista de controle da prostituição avolumam-se na década de 20, no Brasil. Segundo a nova corrente que passa a predominar principalmente nos meios médicos — o abolicionismo —, tal como ocorrera anteriormente em outros países europeus, o antigo método de vigilância da prostituição comportava inúmeras falhas: em primeiro lugar, visava apenas a mulher perseguindo-a por um tipo de relação em que o homem também estava envolvido. Ela era seqüestrada e confinada em casas isoladas e especiais, fichada na polícia como prostituta profissional, vigiada severamente pela polícia e pelos médicos, acusada de ser transmissora de sífilis e de outras doenças venéreas, sofrendo sozinha toda a repressão de práticas intoleráveis para a sociedade, enquanto que o homem ficava isento de qualquer responsabilidade. Além disso, o resultado do sistema regulamentarista então adotado fora o oposto do que se propusera: a prostituição clandestina aumentara a olhos vistos, tanto aqui quanto em outros países. As prostitutas inscritas fugiam quando estavam doentes ao invés de se apresentarem às visitas sanitárias, e tornavam-se clandestinas.

Mas o ponto sobre o qual incidia mais vigorosamente a crítica abolicionista aos regulamentaristas era que o registro legal das prostitutas prendia-as e impedia sua possível recuperação. A polícia de costumes era vista como uma máquina que transformava "putas

ocasionais" em "putas eternas": a prostituta inscrita acaba se tornando uma prisioneira perpétua da polícia.³³

Ao contrário dos regulamentaristas, os abolicionistas recusavam a legalização da prostituição, pois viam neste ato uma medida de repressão e de controle sobre as mulheres públicas. O objetivo dos abolicionistas não era, no entanto, a eliminação da prostituição que também consideravam necessária, mas a libertação das prostitutas das garras da polícia, que exercia sobre elas um poder arbitrário e violento, e a destruição de um sistema que marginalizava as mulheres e violava o direito de liberdade individual. No entanto, se por um lado os abolicionistas defendem pontos como a liberdade individual, os direitos do homem, o fim da intervenção do Estado nas relações pessoais, por outro, a campanha abolicionista era levada em nome da decência da família, das ruas e da salvação do casamento. Evidentemente, não há nenhuma apologia do prazer.

Outros alvos de ataque dos médicos abolicionistas, como o dr. Flávio Goulart, referiam-se às visitas sanitárias forçadas e muito rápidas que não permitiam diagnosticar seguramente a sífilis; à brevidade dos tratamentos; ao medo do internamento nos hospitais, levando as prostitutas a fugirem ou a usarem de "diversos truques para dificultar o exame". Segundo eles, a administração pública deveria oferecer tratamento gratuito às meretrizes e aos indigentes nos dispensários estabelecidos pela saúde pública. No caso dos que abandonassem o tratamento, deveriam ser enviadas cartas que advertissem contra os possíveis perigos resultantes.

No entanto, apesar do discurso liberal dos abolicionistas, vale lembrar que é em nome da moralização das condutas, da repressão dos instintos e do controle das pulsões que eles batalham e nisso distinguem-se radicalmente dos anarquistas.

Os anarquistas e o campo da moral

"A vida não cabe dentro de um programa..."

M. Lacerda de Moura

Creio que não se pode afirmar tranqüilamente a existência de uma unidade absoluta de opiniões entre os anarquistas a respeito

32. Jacob Penteadó, *Memórias de um Postalista*. São Paulo, Martins, s/d., p. 56.

33. Flávio Goulart, *Profilaxia da Sífilis*. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, 1922, p. 43.

de questões como a nova família, a emancipação da mulher, o amor livre, o direito ao prazer, que constituem o campo da moral. No entanto, apesar da abundância de reflexões individuais sobre estes temas, entre outros, tento delinear os contornos de um projeto libertário relativo a uma nova moral. Enquanto crítica da ordem burguesa, as divergências se neutralizam e encontra-se uma unidade de problematizações e valores interligando os assuntos discutidos na imprensa anarquista em geral.

Fundamentalmente, a crítica endereça-se à sociedade burguesa que, assentada na exploração do trabalho e na dominação política, produz uma moral decadente, repressiva, opressora e que se funda em relações sociais autoritárias, injustas e corruptas. Assim, sem pretender definir absolutamente um projeto libertário de instituição da nova moral, tento perceber as intuições dominantes da reflexão anarquista relativas às relações afetivas, familiares, à moral sexual, a partir dos artigos colhidos nesta imprensa operária.

Três principais núcleos de problematização se evidenciam quando os anarquistas abordam questões que procuram definir uma nova economia do desejo: a emancipação da mulher; as relações afetivas e a moral sexual; e as práticas condenáveis.

A emancipação da mulher

Tema freqüente na imprensa anarquista, a condição de opressão da mulher, não só da operária mas também da burguesa, é pensada e analisada por vários articulistas de tendência libertária. Contra o mito da mulher-passividade, sentimento, abnegação, sombra do homem, várias vezes se levantam: mulheres como a já conhecida Maria Lacerda de Moura (professora, jornalista e escritora), Matilde Magrassi, Maria de Oliveira, Tibi, Josefina Stefani Bertacchi, Maria S. Soares, que assinam artigos nos jornais anarquistas. Além destas publicações defendendo a causa feminina, elas promovem reuniões, conferências, palestras educativas em vários cantos do país e fundam uma Federação Internacional Feminina.

Se é possível perceber no conjunto dos textos libertários uma representação masculina da mulher, que a torna símbolo da maternidade, da passividade e da fragilidade, a esta se opõe uma outra construção contestadora dos valores dominantes. Partindo de vezes femininas no interior dos anarquistas, propõe-se a emancipação da mulher de todas as classes sociais dos papéis que lhe são atribuí-

dos socialmente. Ao lado da tradicional representação da mulher-submissão, emerge uma outra figura feminina, simbolizada pela combatividade, independência, força, figura que luta pela transformação de sua realidade cotidiana, tanto a partir da própria presença destas ativistas, quanto pelas suas projeções. Maria Lacerda de Moura, por exemplo, discutindo as concepções dos "especialistas" sobre a inferioridade biológica da mulher, afirmava criticamente:

Eu não discuto com um homem apenas, com o Sr. Bombarda (médico português, MR), com Lombroso ou com Ferri: protesto contra a opinião antifeminista de que a mulher nasceu exclusivamente para ser mãe, para o lar, para brincar com o homem, para diverti-lo.³⁴

Não é ocasional, portanto, que encontremos nos jornais libertários artigos que, ao criticarem a situação social da mulher no sistema capitalista, apontem a instrução como arma privilegiada de libertação. Matilde Magrassi, por exemplo, propõe que a mulher operária não lute apenas por seus direitos no interior do espaço da fábrica, "a fim de melhorar um pouco a vossa crítica situação", obtendo uma jornada de trabalho mais curta e salários mais elevados, mas que procure instruir-se para poder defender-se melhor frente à exploração do capital. A educação da mulher trabalhadora aparece como instrumento de luta contra as classes dominantes, contra o poder da Igreja e contra o Estado, na medida em que ela se conscientize de seus direitos pessoais e ainda, possibilitando a instrução dos próprios filhos, ajude a "impedir que sejam depois vítimas do injusto sistema social em que vivemos" (*O Amigo do Povo*, 17-1-1904). A instrução da operária será também fundamental para que ela desmistifique a religião e a figura imperiosa do padre, como conselheiro e guia espiritual:

Compreendereis que é inteiramente inútil que confieis aos padres as vossas dores. Aconselhando-vos a resignação, o que ele faz é impedir-vos de reagir contra quem vos oprime.

Revoltando-se, a mulher enquanto mãe e educadora servirá de exemplo aos filhos que, por sua vez, também se rebelarão. E poderá compreender ainda que a noção de pátria é uma ilusão,

34. M. L. Moura, *A Mulher é uma Degenerada?* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1932, p. 62.

que os vossos filhos nenhum dever têm a cumprir para com ela; e que quando, em nome dessa pátria, os vierem arrancar aos vossos braços, deveis revoltar-vos contra semelhante lei (...).

A idéia de que a mulher não é apenas portadora de sentimentos e emoções, mas de que possui a mesma capacidade de pensar, de questionar e de brigar que o homem e para a qual a educação é uma arma importante de luta, revela a recusa do modelo de feminilidade instituído pelo imaginário social. Izabel Cerruti reafirma esta posição ao analisar as causas da situação alienante e opressiva em que se encontra a mulher na sociedade atual. Esta só poderá libertar-se se compreender os motivos da exploração social e desmistificar a mitologia justificadora de sua condição:

Antes de tudo, e isso é o essencial, ela deve fazer uso do seu raciocínio para se despir dos vãos temores, dos tolos preconceitos e dos ridículos escrúpulos que lhe incutiu a falsa moral de *Deus e da Pátria*, para assim, obter o seu pensamento emancipado (*A Plebe*, 20-11-1920).

As barreiras à superação da alienação da mulher não se localizam em sua natureza ou em sua constituição física, como pretende o saber burguês, mas resultam da ação das classes dominantes juntamente com o Estado e a Igreja. O apelo à educação, à formação de uma consciência crítica como meio de desmistificar sua condição social e de derrubar as cadeias impostas pelo poder clerical, reaparecem em vários artigos, como o de Maria de Oliveira, "A emancipação da mulher", publicado em *O Amigo do Povo*, de 11-9-1902.

Aliás, a questão da libertação feminina não se limita à operária. De modo geral, o discurso anarquista procura revelar a condição de sujeição e de humilhação que sofrem as mulheres de todas as classes sociais, numa sociedade dominada pelo poder masculino. Por isso, elas devem preparar-se intelectualmente para poder enfrentar a concorrência masculina. Assim como a mulher trabalhadora, a burguesa é oprimida, teve sua vida decidida desde a infância, aprendeu a reprimir seus sentimentos e a dizer o que não sente, a "fingir dotes que não possui": também ela, que "não é livre nem feliz", deve participar da luta pela sua auto-emancipação — afirma Maria Lacerda.

Estas anarquistas sugerem que as proletárias se organizem em

sociedades de resistência, para que possam conquistar melhores condições de vida e de trabalho. Freqüentes apelos na imprensa libertária sugerem a formação de grupos de estudo compostos por mulheres operárias, para discutirem sua situação social e as possíveis formas de resistência.

Os anarquistas defendem a libertação da mulher em todos os planos da vida social, desde as relações de trabalho até as familiares. Nesse ponto, a crítica que Izabel Cerruti endereça às feministas ligadas à *Revista Feminina* deixa clara a posição libertária com relação ao significado do conceito de emancipação. Segundo aquela revista, a mulher deveria lutar para conseguir independência política, o direito de voto e de participação no processo eleitoral. Para as anarquistas citadas, evidentemente, esta proposta não é libertadora, uma vez que se restringe a lutar por conquistas estritamente políticas e ainda porque aceita e justifica a própria moral burguesa. Em suas palavras:

O programa anarquista é mais vasto neste terreno; é vastíssimo: quer fazer compreender à mulher, na sua inteira concepção, o papel grandioso que ela deve desempenhar, como fatora histórica, para a nossa inteira integralização na vida social (*A Plebe*, 20-11-1920).

A luta das mulheres, na concepção libertária, deve passar pelo questionamento das relações que se estabelecem no cotidiano, tanto no interior da família quanto na fábrica. Não se trata de conquistar o direito de participação no campo da política instituído pelas classes dominantes, mas de batalhar pelo crescimento pessoal, completo, integral:

Qualquer reforma nas leis vigentes que venha a conferir-lhe direitos políticos iguais aos homens, não a põe a salvo das chacotas e humilhações, não a livra de ser espezinhada pelo sexo forte e prepotente, enquanto perdurar a moral social que constringe e protege a prostituição (*A Plebe*, 20-11-1920).

Na verdade, a transformação radical da condição da mulher só será possível numa outra organização da sociedade, mais justa, onde o amor livre assegure a integridade das relações familiares, onde os jovens possam escolher livremente seus companheiros e formar suas famílias, sem contar com os obstáculos econômicos aviltantes do mundo capitalista.

Assim, a luta pela emancipação da mulher não passa pela reivindicação de aceder à esfera pública simplesmente, mas é primeiramente uma questão de ordem moral: trata-se da necessidade de libertar-se do modelo burguês que lhe é imposto e de construir uma nova figura negadora daquela forjada pela representação burguesa e masculina. A mulher não é apenas sentimento e passividade, daí a necessidade de instruir-se, de utilizar seu potencial intelectual na crítica ideológica das instituições e das mitologias religiosas e de lutar pela própria independência.

Dentre as autoras que pesquisamos, a que nos parece mais inovadora e radical pelas suas indagações e propostas é Maria Lacerda de Moura. Além de vários livros publicados, dirige a revista *Renascença* em 1923 e, dois anos antes, funda a Federação Internacional Feminina, com o objetivo de "canalizar todas as energias femininas dispersas no sentido da cultura filosófica, sociológica, ética, estética — para o advento de uma sociedade melhor" (*A Plebe*, 15-4-1922). Ela realiza conferências em vários centros culturais, nos círculos operários ou na Federação Filosófica e Espiritualista de São Paulo, contando sempre com numerosa assistência.

A condição feminina foi tema de reflexão contínua de Maria Lacerda, preocupada com a libertação da mulher da sujeição em que se encontra na sociedade capitalista. Ela pregava a luta pelos seus direitos, a necessidade da instrução, da educação sexual aos jovens, a liberdade de amar, a maternidade "livre e consciente" e a independência da mulher em relação à imposição social do casamento. Crítica ferrenha das relações de dominação que se estabelecem entre homens e mulheres, pretendia conscientizar as mulheres de sua situação opressiva e mostrar-lhes a possibilidade de uma participação social efetiva:

Até aqui, temos vivido a civilização uni-sexual, a mulher não passou de espectador no cenário da vida,

afirma em *Han Ryner e o Amor Plural*³⁵. Embora tentem libertar-se da dominação machista, as mulheres têm de enfrentar a oposição dos que não querem perder seus privilégios:

35. M. L. Moura, *Han Ryner e o Amor Plural*. São Paulo, Unitas, 1932, p. 34.

E o homem continua a querer enterrar-lhe os movimentos e, portanto, a cercar-lhe o progresso. A mulher só tem direito de sair, de se locomover se vai trabalhar, ganhar dinheiro.

Continua dando conta ao homem de todos os seus passos e até do seu salário. É outra espécie de exploração.

É o castigo em família (...).³⁶

Também para ela a questão da degradação das relações familiares só pode ser resolvida socialmente: apenas em uma nova organização da sociedade, em que homens e mulheres tenham os mesmos direitos e oportunidades, suas diferenças poderão ser respeitadas. Outros problemas sociais como a miséria, o alcoolismo, a tuberculose, a sífilis, a prostituição, a exploração da mulher e da criança, "a exploração do fraco pelo forte, a voragem açambarcadora de tantas vidas na oficina, nos cortiços, na penúria — tudo, tudo nasce do atual regime social cuja máxima se resume nestas palavras: se eu não arrancar os olhos do próximo, ele arrancará os meus".³⁷

Mas a transformação radical das relações sociais, em sua opinião, não deve passar pela ditadura do partido político. Posição que a aproxima totalmente dos anarquistas:

A política de partidos é sinônimo de farsa, astúcia, ambição pessoal, de hipocrisia, de preconceitos.³⁸

As relações sociais, tanto na esfera da produção quanto no interior da família, na escola, ou em outros espaços de sociabilidade, não podem ser organizadas pelo partido político, mesmo que este se considere representante dos interesses do proletariado: é o caso, por exemplo, do amor, impossível (segundo ela) de ser "organizado".

Em trabalho recente, Miriam Moreira Leite procura desvendar os caminhos de Maria Lacerda de Moura, cujo pioneirismo em sua opinião "se deu basicamente na área de estudos sobre a condição feminina".³⁹ Também em seu parecer, ela não poderia ser considerada como uma anarquista propriamente dita, ou como comunista ou socialista, no sentido de afiliação política. Na verdade, se esta escritora mineira em muito se aproxima dos libertários, ao negar

36. *Idem*, p. 35.

37. M. L. Moura, *A Mulher é uma Degenerada?*, op. cit., p. 257.

38. *Idem*, p. 177.

39. Miriam M. Leite, op. cit., p. 21.

qualquer vínculo com o partido político, ou nas críticas que endereça ao governo e ao clero, ou ainda na defesa de uma nova moral, do amor livre, da libertação da mulher, ela mesma nega qualquer rotulação política, considerando-se uma pensadora independente.

Se nos atermos ao ideal feminino defendido em vários artigos anarquistas, principalmente os escritos por mulheres como as já citadas, percebemos a negação da figura da mulher "rainha do lar", destinada exclusivamente à função de procriação. Por outro lado, não se trata de defender a feminista ultra-radical: a proposta da nova mulher de Josefina S. Bertacchi aponta para uma solução de equilíbrio. Em "o que deveria ser a mulher", ela explicita sua concepção de feminilidade:

Entre a *feminista ultra*, forma híbrida, sexual e a *massaia* no sentido romano da palavra: *Stetti in casa e filò lana*, existe o justo meio: a verdadeira mulher. A mulher, nem patroa, nem escrava, nem *femina* nem *angelica*, nem asséptica nem messalina; mas a mulher amante e amada, que, recebendo no seu seio o novo gérmen, maturando-o na dor, consagrando-o com o seu sangue, dá à humanidade o milagre da vida para ela, nela e com ela, eternamente se renovando até ao infinito. (...)

Se de um lado nós condenamos a *feminista ultra* (...) do outro lado não queremos tão pouco a mulher máquina, a mulher besta de carga, a chamada governadeira (*A Terra Livre*, 15-6-1910).

O ideal feminino que aparece nos textos anarquistas é delineado difusamente: não se pretende construir um modelo acabado, evidentemente. De qualquer forma, fica patente a crítica ao modelo burguês da esposa-mãe-dona-de-casa, vigilante, assexuada e ordeira, como defendiam os médicos e filantropos do começo do século. Critica-se mesmo a exigência que se faz do trabalho excessivo da mulher naquele modelo feminino, que contraditoriamente lhe atribui características de indolência, passividade, inércia:

Qual foi até hoje a noiva ideal ou a admirável mãe de família nas classes pobre e média? Aquela que sabe fazer tudo, que trabalha sem tréguas, e que por conseguinte (...) acaba com a própria saúde e envelhece antes do tempo,

já que não se diverte e que não tem tempo para si própria. Imagina-se então a possibilidade do crescimento pessoal da mulher, livre

da prisão dos afazeres domésticos ou da extensa jornada de trabalho fora de casa:

Com a subdivisão do trabalho, pelo contrário, satisfeita a tarefa que lhe compete como costureira, tecedeira, lavadeira, cozinheira e educadora, artista ou talvez médica, (...) poderá depois dispor a seu bel-prazer das horas livres, quer dedicando-se ao estudo ou a exercícios artísticos, quer gozando as diversões a todos proporcionadas pela vida social (*A Terra Livre*, 15-6-1910).

A discussão sobre a necessidade da emancipação da mulher remete evidentemente à recusa do casamento monogâmico, da imposição dos cônjuges e leva à proposta de uma nova forma de relacionamento afetivo.

A moral sexual

AMOR LIVRE

I

Virgens: erguei o olhar que as sombras do convento
Acostumou a andar cerrado para a luz.
Deixai um instante só os êxtases de cruz,
e enchei-vos deste sol que brilha turbulento.
(...)

Vinde gozar a vida em toda a plenitude
e não faneis assim a vossa juventude
com sonhos infantis duma banal pureza.

II

A virgindade é quase um crime. Cada seio
deve florir num ser tal como a terra em flores.
Vencer o preconceito e os falsos vãos pudores
em que vos abismais num subitâneo enleio.
(...)

Como na antiga Grécia esteta, rediviva,
ó virgens, desnudai a vossa carne altiva
e fecundai, após, num sopro de energia.
E vós, homens do amor e vós que a desejais,
Arrancai-lhes da frente as coroas virginais,
beijai-as livremente à grande luz do dia.

C. Leite (*A Plebe*, 21-10-1917).

Em um de seus livros, Maria Lacerda de Moura revela que o tema do amor livre "é hoje muito discutido e necessário nas rodas de intelectuais e proletários".⁴⁰ Afirmação intrigante para quem acreditava que esta questão fosse colocada recentemente. A crítica à virgindade, exigência "ridícula para o homem" e "profundamente humilhante para a mulher", segundo esta mesma autora, remete efetivamente à negação do casamento como relação monogâmica eterna, legitimada pelo clero e pelo Estado. Os libertários questionam a institucionalização das relações afetivas e a forma pela qual as relações sexuais se manifestam numa sociedade autoritária e repressiva de ponta a ponta. Por que esta necessidade obsessiva de enquadramento dos comportamentos sexuais, principalmente em rótulos prontos, acabados, aceitáveis ou condenáveis? A despeito de toda acusação atual do moralismo dos anarquistas, não se pode deixar de considerar avançadas suas propostas de relacionamento afetivo entre homens e mulheres.

Somente é válida uma união conjugal que se estabelece livremente, independente dos interesses econômicos ou das obrigações sociais. Vários artigos publicados na imprensa anarquista discutem a questão do amor livre, procurando diferenciá-lo de uma valoração burguesa:

Amor livre, não é, como alguns pretendem e outros julgam, as relações sexuais havidas de momento em praça pública, ou num andar registrado sob um número de polícia. (...) É um todo formado pelo homem e pela mulher que se completam. (...)

Vivem juntos porque se querem, se estimam no mais puro, belo e desinteressado sentimento de amor; vivem juntos porque é essa a sua vontade e não estão ligados por determinação alheia nem por interesses que a um digam respeito. (...) Amor livre é a plena liberdade de amar e não a forma hipócrita do casamento em que o homem e a mulher ligados indissolúvelmente pelo casamento civil ou religioso são obrigados pelo preconceito a suportarem-se com enjôo. (...)

Antonio Altavila
(*A Voz do Trabalhador*, 1.º-2-1915).

Oreste Ristori, também preocupado em desfazer qualquer identificação entre amor livre e prostituição, comum na representação

40. M. L. Moura, *Religião do Amor e da Beleza*. São Paulo, Condor, 1926, p. 110.

imaginária do sexo na sociedade burguesa, afirma que "Amor livre e livre união" não devem ser tomados como sinônimos, um podendo existir sem o outro, e define sua concepção de amor livre:

O amor livre não significa a apropriação comum da mulher, mas quer dizer: *a liberdade ilimitada para a mulher, como para o homem, de amar quem quiser, a liberdade de concentrar sobre uma pessoa, antes que sobre outra, todos os afetos*. Quer dizer noutros termos: subtrair-se à terrível tirania dos pais, dos parentes e dos seus substitutos, que querem impor-lhe um marido do gosto deles, para amar livremente o objeto dos seus sonhos (*A Terra Livre*, 2-4-1907).

Na sociedade atual, as relações afetivas entre o homem e a mulher são falsas e imorais, porque se fundam em interesses econômicos e consagram uma situação de dominação: a mulher se torna escrava do homem, a quem deve obedecer servilmente. Isto, por sua vez, significa sua total anulação social, refletindo a hipocrisia dos sentimentos:

O matrimônio apenas serve para abreviar a duração do amor, tornar odiosa a união. No lar, a mulher é a escrava, o homem é o senhor; este tem o direito de mandar, aquela o direito de... obedecer. (...)

Como pode existir o amor entre uma escrava e um senhor? (...) Por isso se diz: o casamento é a morte do amor... (*O Amigo do Povo*, 2-8-1902).

A anarquista Tibi, autora deste artigo, continua suas reflexões mostrando que a organização familiar que se forma a partir do casamento monogâmico legal gera seu oposto: a prostituição. Aliás, pergunta, no casamento ou na prostituição, o amor não é objeto de um comércio?

Ao menos, a prostituta não precisa fingir. Todos sabem que o seu amor é vendido, a ninguém engana.

Finalmente, conclui incitando as mulheres a se revoltarem contra os papéis humilhantes que devem representar, já que não podem esperar que sua libertação seja fruto da providência divina:

A emancipação da mulher há de ser obra dela própria.

Embora acreditem na possibilidade da constituição de uma nova família na sociedade anárquica, como os marxistas, os libertários não se aprofundam no exame da natureza do laço conjugal futuro. No regime capitalista, a família se funda sobre relações de interesse e pretende manter unidas pessoas cujos desejos são divergentes, cujas ligações são artificiais, que se ofendem, que se violentam, ou que se odeiam, pois umas oprimem as outras. Trata-se portanto de desmistificar os dois pilares de sustentação da ordem burguesa: tanto o *contrato* de trabalho quanto o *contrato* de casamento. Ao contrário, no "comunismo anárquico" a base única da família é o amor e não uma relação mercantil: livres de preocupações econômicas, seus membros se respeitam e se aproximam por amizade. Se acaso estas relações se alterarem e tornarem-se insuportáveis, dissolve-se a família e a comunidade ampara seus filhos. Não há nada a temer (*A Plebe*, 12-10-1919). Condenando o casamento indissolúvel, portanto, os anarquistas defendem o divórcio que, ao contrário do que se afirma, não virá trazer a discórdia no interior da família, mas

oferecer um abrigo seguro, um porto de salvação àqueles para os quais não mais sorria na terra a esperança de um clarão de ventura. (...)

O divórcio não facultará a separação completa dos casais, senão em casos perfeitamente definidos e quando a separação dos cônjuges redundar em felicidade relativa para ambos (*A Lanterna*, 10-8-1912).

O divórcio é uma necessidade fundamental numa sociedade que não sabe amar, que não tem tempo para isto, que consome as energias dos indivíduos explorando-os até os limites de suas forças. Preocupadas com a sobrevivência material, como podem as pessoas neste sistema social relacionarem-se de outro modo que não competitiva e autoritariamente, ameaçadas o tempo todo de perderem seu ganha-pão, humilhadas pelos dominantes, ou nas classes privilegiadas, lutando para se auto-afirmarem continuamente? Quem tem "O direito de amar?", pergunta A. Vizzotto, no artigo que *A Plebe*, de 18-7-1917, publica:

Quando o proletário, (...) após uma jornada de 10 a 12 horas de trabalho, volta exausto de forças para sua casa, poderá, se é só

e quer uma família, procurar tranqüila e serenamente aquela que terá de ser a sua companheira (...)? Terá tempo, vontade, disposição para orientar-lhe o caráter, conhecer-lhe os sentimentos e as aspirações? Terá, ao menos, força para exprimir-lhe o seu carinho?

A resposta tem de ser forçosamente negativa.

Portanto, o amor entre duas pessoas deve ser livre, porque não comporta regras, não pode ser enquadrado nas formas já definidas pelo imaginário social, deve fluir sem imposições. A liberdade de amar, explica Maria Lacerda, refere-se à liberdade interior de cada um "aprender a amar", sem regras, livremente, sem qualquer interferência externa sobre as opções individuais, sem imposições sociais ou ainda sem a orientação do partido:

(...) sonhar com o domínio de um partido ou de uma ideologia para todo o orbe e "organizar" o amor segundo os interesses desse partido ou dessa classe ou ideologia — é sufocar a liberdade, desprezar as experiências do passado (...).⁴¹

Maria Lacerda diverge de Alexandra Kollontai, membro da Oposição Operária do Partido Bolchevique, em relação ao enquadramento do amor pela moral proletária, questionando que este possa ser "organizado" segundo os interesses do partido.

Ora, diz ela, quando se esquece do partido Kollontai afirma coisas muito interessantes, mas o amor deve ser livre e plural, isto é, não institucionalizado. Não se trata, evidentemente, da "cooperativa amorosa sujeita à lei da oferta e da procura", como a ideologia burguesa quer fazer crer, mas da possibilidade de se criarem novas formas efetivas de relacionamento:

Deixem o amor livre, absolutamente livre. Homens e mulheres encontrarão, nas leis biológicas e nas necessidades afetivas e espirituais, o seu caminho, a sua verdade e a sua vida... A solução só pode ser individual. Cada qual ama como pode...⁴²

O casamento monogâmico, afirma Maria Lacerda, produz "anomalias sexuais", porque nele os dois sexos estão em absoluta desigualdade de direitos: é impossível o amor entre pessoas que se oprimem, que têm medo de se perderem, que vivem uma relação

41. M. L. Moura, *Han Ryner e o Amor Plural*, op. cit., p. 128.

42. *Idem*, p. 132.

de dependência e de posse; o amor-plural, o amor-camaradagem, que é o oposto do amor exclusivista e possessivo que conhecemos, libertará a mulher e o homem, acabará com a exploração feminina, com o infanticídio, com as figuras humilhantes criadas pela representação burguesa dos papéis atribuídos à mulher, a exemplo da "solteirona" e da prostituta. A mulher poderá então unir-se a quem amar e ser mãe quando quiser:

Por que só divinizar a Maternidade dentro do casamento legal? (...) Aceitar um senhor imposto pela religião, pela lei ou pelas conveniências é que é imoralidade.⁴³

Apesar da radicalidade e da novidade de suas posições, a crítica libertária desta pensadora mineira à organização burguesa das relações sociais esbarra com os limites da assimilação de idéias que dominavam o pensamento cultural do momento: é o caso da idéia de eugenia, do aperfeiçoamento da raça, da influência do positivismo e do evolucionismo em seus escritos e, ao mesmo tempo, a explicitação de uma postura moralista diante de certos temas, como a condenação dos "tangos e (...) da fanfarra louca do jazz-band infernal — meio seguro de abafar vozes interiores."

No entanto, diante da prostituição, Maria Lacerda se sente indignada com a marginalização e com a infantilização de mulheres a quem se qualifica como "perdidas", como "a peste das pestes", refletindo uma posição novamente muito próxima da dos anarquistas. Para estes, o fenômeno da prostituição é visto como mal necessário observável em todo tipo de sociedade desde os tempos antigos. No sistema capitalista, a sobrevivência da família burguesa, forma de prostituição não-oficial, pois fundada a partir de um contrato comercial, exige o funcionamento deste comércio sexual ignóbil. As jovens privilegiadas não podem participar da iniciação de seus namorados, enquanto que uma série de interdições sexuais recaem sobre a casada. Além do que, muitas vezes, a mulher se casa com um homem escolhido pelos pais e não por ela própria.

Fundamentalmente, a prostituição é denunciada no discurso anarquista em relação à dominação de classe: o burguês é um sedutor que explora operárias inocentes; a fábrica é um antro da perdição e a miséria financeira leva as mulheres pobres a venderem

43. M. L. Moura, *Religião do Amor e da Beleza*, op. cit., p. 45.

o próprio corpo para garantirem o sustento da família. A origem do problema é essencialmente econômica:

Sabemos, e temos consciência de estar com a verdade, que a mulher de nossa época que recorre à vida ignominiosa e anti-natural da prostituição, a ela foi levada principalmente por motivos econômicos (*A Plebe*, 19-1-1935).

Nisto, este discurso segue um caminho diametralmente oposto ao burguês, que apresenta o estado de prostituição como antinômico ao de trabalho. A prostituta trabalha, se cansa, é usada e explorada tanto quanto a operária. Por isso ela não deve ser desprezada nem marginalizada, dizem os libertários, já que é mais uma vítima da exploração do capital. Basta observar a origem social de grande parte das mulheres públicas para se dar conta de que o proletariado fornece o contingente principal. O burguês sedutor, eternamente insatisfeito, vai buscar a satisfação de seus caprichos libidinosos nas jovens de classe social inferior, iludidas com promessas de luxo, de ascensão ou de conforto, e não entre as mulheres de sua própria classe, embora isto também possa ocorrer.

Ao contrário do que dizem os médicos burgueses, a "vocaçao para a prostituição" não nasce de um instinto natural, mas provém de um problema econômico. A imprensa libertária se insurge contra a teoria da prostituta nata e, nesse sentido, são os únicos a reintegrarem a puta na sociedade. Os médicos e os sociólogos, "esses falsos homens de ciência que folheiam os livros e reviram bibliotecas, com o intuito de, por todos os meios, mesmo os mais repugnantes, fazerem a defesa do atual regime", afirma *A Plebe* (19-1-1935), querem explicar a existência da prostituição por outros motivos que não os econômicos:

Esses médicos e sociólogos, que sempre viveram confortavelmente, vão descobrir em todas as prostitutas supostas taras hereditárias no sistema nervoso, ou então, pronunciada preguiça e incapacidade para a luta (...). Dessas supostas taras hereditárias (...) eles, os "homens de ciência", procuram fazer todo o fundamento da prostituição.

Na verdade, dizem os anarquistas, o saber burguês não pode explicar devidamente o problema prostitucional porque teria de fazer a crítica do sistema capitalista, do governo e da família exist-

tente, teria de encarar a questão social e econômica e desejar sua superação:

Tocar, também nos motivos verdadeiros da prostituição, seria mostrar uma das calamidades do atual sistema capitalista, e, assim desprestigiar um pouco a tão celebrada organização econômico-política em que nos encontramos.

A eliminação da prostituição, portanto, só poderá ocorrer com a revolução social e a mudança radical das estruturas econômicas, com o fim do Estado e sobretudo com a reversão da moral burguesa.

Na nova ordem social, a mulher terá condições de decidir livremente a sua sorte, independente tanto do marido que sustenta a casa quanto do sedutor que a obriga a frequentar bordéis. Então existirá uma nova moral, elaborada para os homens e para as mulheres, que determinará uma nova forma de comportamento entre os sexos. Ambos se aproximarão naturalmente, impelidos por uma simpatia e atração mútuas e não pela imposição da miséria ou das frustrações inerentes ao casamento burguês. A prostituição deixará de ser necessária.

O "direito ao prazer" que os libertários reivindicam para as mulheres e para os homens só poderá ser concretizado na nova sociedade, onde todos estarão livres da sujeição às necessidades materiais imediatas e também dos preconceitos e fanatismos impostos pela religião. Os jovens não precisarão buscar as prostitutas para se iniciarem na vida sexual, nem as moças manterem-se virgens até o dia do casamento:

A virgindade é quase um crime. Cada seio deve florir num ser tal como a terra em flores.

Muitas vezes, os anarquistas têm sido qualificados de moralistas e acusados de não terem praticado o amor livre que tanto exaltaram e de condenarem práticas como dança, carnaval, fumo, bebida, como veremos no próximo item. Na verdade, uma certa moralização da classe operária se evidencia no discurso libertário: o vício é encarnado pelo burguês, o patrão é censurado por só pensar nos prazeres materiais. Ele é apresentado como um *bon vivant*, cercado de luxo e refestelando-se em orgias, *dom-juan* infatigável, enquanto que o operário honesto e sem defeitos trabalha ininterruptamente.

Ao mesmo tempo, uma certa defesa dos padrões familiares e do modelo sexual burguês pode ser percebida no discurso anarquista. Em alguns momentos, a luta contra a prostituição se move em defesa da moralidade de uma família operária cujos valores se assemelham em vários aspectos àqueles que fundam a família burguesa: castidade pré-conjugal, fidelidade, exaltação da maternidade. Como pensar esta ambigüidade?

As práticas condenáveis

Já se tornou conhecida a crítica ao moralismo dos anarquistas quando condenam o carnaval, o baile, o álcool, o fumo e mesmo o futebol como vícios, sinais da degeneração da sociedade instituída. De fato, uma certa assimilação das representações burguesas do lar, do sexo, do alcoolismo ou do fumo pode ser constatada no discurso libertário, que revela a nítida intenção pedagógica de controlar as formas de lazer do proletariado. Por outro lado, é insuficiente constatar a contradição que permeia este discurso que, ao mesmo tempo que prega o amor livre e o direito do prazer para homens e mulheres, condena a dança, o bar, a bebida ou o esporte. Talvez se possa enveredar por uma outra direção e perguntar sobre os objetivos e os adversários visados pela doutrina anarquista. O que dizer a respeito das necessidades que poderiam estar por trás destas interdições?

Num primeiro momento, todas as formas de lazer promovidas pelas classes dominantes, do baile ao futebol, são censuradas como práticas imorais que visam enfraquecer e entorpecer a classe operária, desviando-a do cumprimento de sua função histórica revolucionária. O carnaval é associado à idéia de degradação do indivíduo, é visto como ato de imoralidade, representando o momento em que o trabalhador perde sua dignidade, abandona a família, gasta suas energias e seu salário em atividades nocivas e inúteis. *A Voz do Trabalhador*, em artigo publicado em 15-2-1914, ilustra esta concepção:

ABAIXO O CARNAVAL

(...) O que é o carnaval? Uma tradição popular das mais tolas que por toda a parte existem. (...) Quantos operários perdem seus empregos, deixam os lares sem pão, entes que lhes são caros, enfermos, atirados, desprezados, sobre o leito; quando adoe-

cem, e morrem, vitimados pela sua própria culpa, perdendo noites de sono, ingerindo refrescos gelados, tendo o corpo a suar por todos os poros, caminhando horas inteiras, sob um sol causticante, rufando caixas, tocando bombos, empunhando estandartes. (...)
O carnaval é uma imoralidade!

A mesma imagem do trabalhador que abandona o aconchego do lar em troca do bar, deixando seus filhos doentes e famintos chorando, enquanto a mulher se desespera e a filha se prostitui, tal como aparece nos romances naturalistas do século XIX, a exemplo do *Germinal*, de Émile Zola, é sugerida no discurso anarquista ao criticar o bar:

(...) *se em lugar de as passar* (as poucas horas de descanso) *na taverna ou em outros antros do vício*, se as passásseis nas associações discutindo e trocando idéias uns com os outros sobre os assuntos que vos interessam mais de perto (...) chegareis à conclusão de que é melhor, mais digno e mais humano exigir do patrão um ordenado suficiente para sustentar a família do que trabalhar mulheres e filhos para o próprio sustento (...)

Albino Moreira (*A Voz do Trabalhador*, 19-3-1913).

Recrimina-se o operário que, ao invés de lutar pelos interesses de sua classe, aliena-se nos "antros do vício", bebendo, jogando, fumando, desperdiçando tanto seu dinheiro quanto suas energias, enfim, fazendo exatamente o jogo do inimigo. O trabalhador politizado é aquele que se mantém lúcido, consciente da guerra cotidiana que se trava entre as classes, que acumula energias para empregá-las no momento certo e que, portanto, sabe quão importante é reforçar os laços de solidariedade que o une aos seus familiares e a seus companheiros de luta. A taberna deve ser evitada porque é um espaço privilegiado da alienação política, lugar onde se contraem os grandes vícios e se perdem as grandes idéias. É interessante observar que exatamente pelo motivo oposto o bar é condenado no discurso burguês, ou seja, porque é o lugar da germinação e propagação de idéias subversivas, entre outros vícios.

A Terra Livre, de 23-10-1906, publica um artigo endereçado "Aos jovens":

A vós que só pensais em vos divertir, que para nada vos ocupais da vida social, que, ao sair da oficina, correis à taberna ou ao lupanar, a vós me dirijo, como muitos outros têm feito pedindo-vos que sejais homens verdadeiros, que deixeis de ser bestas como

tendes sido, embora penseis ao contrário, que estudeis trocando a venda e o lupanar pelo centro de estudos alcançando a dignidade e a força de ser pensante e consciente dos seus direitos e do seu valor.

José Postigo.

O centro de estudos *versus* o bar ou o bordel; o estudo, a conscientização *versus* os prazeres da bebida, do sexo, do fumo; a razão *versus* os sentidos; o espaço ventilado e higiênico *versus* o salão abafado, escuro, aglomerado de corpos. Além do que, a taberna é o lugar onde o operário aprenderá a beber, se tornará um alcoólatra e será perdido para a revolução social. Dupla arma dos capitalistas, o álcool deve ser combatido: àqueles interessa o aumento de seu consumo pela classe operária, tanto economicamente quanto por mantê-la num estado de ignorância e de alienação política. Assim, o álcool é condenado no discurso anarquista como flagelo das classes trabalhadoras porque degrada o operário, transforma-o num ser embrutecido, arrasta-o para o submundo, entorpece seu raciocínio, retira-lhe as forças, a perspectiva e a iniciativa para a luta de emancipação social.

Na medida em que condena a bebida e o fumo por enfraquecerem física e moralmente o trabalhador, o discurso anarquista se aproxima do burguês, segundo o qual são necessários homens fortes e sadios para "construírem a riqueza da nação". Num e noutro, o bordel, o bar, a bebida, o fumo e o jogo são condenáveis porque destroem a saúde e o caráter do trabalhador: para os libertários, o operário aliena-se, despolitiza-se e degenera-se; para os dominantes, ele se perde como força produtiva e se corrompe porque adquire idéias e hábitos subversivos. Não existe no pensamento burguês uma linha divisória entre vícios morais e idéias políticas: ambos são nefastos para o espírito do trabalhador e para o crescimento da nação. Evidentemente, no discurso anarquista ou operário em geral, a causa do alcoolismo nos meios populares encontra-se no tipo de sociedade em que vivemos, onde a bebida, o fumo, o jogo surgem como válvulas de escape diante de um cotidiano massacrante. No discurso do poder, por seu lado, a questão remete à falta de cultura, de educação e de civilização dos pobres, ainda em estado pré-civilizado.

O baile, por sua vez, é censurado como prática imoral, alienante e corrompida, pelas tentações que desperta ao aproximar os corpos de sexos diferentes.

Os anarquistas concordam com a moral burguesa que condena

a dança diante da ameaça que representa o contato físico dos jovens e por alienar o trabalhador de sua missão histórica:

Quando começa o baile, assiste-se à cena mais repugnante deste mundo, capaz de nausear as próprias meretrizes. A orquestra entoa as primeiras notas para saltar, e todos aqueles espasmados mancebos correm como loucos em busca da mais *bem feita*, para satisfazer a ânsia de a apertar nos braços, de lhe revelar — sob forma de amor — todo o seu desejo de posse, pois que daquele (...) enlace libidinoso (...), daquelas cócegas, não pode resultar senão a excitação dos sentidos de ambos. (*A Terra Livre*, 5-2-1907).

Até mesmo o futebol não escapa à crítica veemente dos anarquistas como prática degradante que embrutece o trabalhador e desperdiça suas energias, que deveriam ser canalizadas para a militância política.

Não obstante a frequência destes artigos na imprensa anarquista, reprimindo estas práticas festivas, devemos lembrar que também eram comuns os anúncios ou comentários de festas libertárias incluindo bailes após as sessões de conferência ou de outra manifestação política. A título de ilustração, um cartaz de *A Plebe*, 22-7-1922, convidava:

GRANDE FESTIVAL PRÓ-A PLEBE

Organizado pelo Centro Libertário "Terra Livre" realizar-se-á no dia 12 de agosto, às 20 horas, no Salão Celso Garcia, sito à rua do Carmo, 23. Este festival obedecerá ao seguinte:

PROGRAMA

- I — "A Internacional", pela orquestra;
 - II — Conferência;
 - III — Será levado à cena o belo drama histórico e social, em quatro atos: OS CONSPIRADORES;
 - IV — Baile Familiar.
- Nos intervalos haverá quermesse e venda de flores.

Fica evidente a intenção pedagógica que permeia o discurso anarquista, preocupado em formar o militante político consciente, combativo e produtivo. Nessa medida, entende-se o moralismo desta doutrina que visa atingir um número cada vez maior de trabalhadores e trazê-los para a causa da revolução, fazê-los manter uma consciência relativa na participação nos centros de estudo, na leitura dos

jornais operários, nas discussões com seus companheiros e nas manifestações públicas. Uma maneira de viver, pode-se dizer, está comprometida com este discurso: não se trata apenas de introduzir uma série de interdições, impedindo que os operários joguem, dançam ou bebam nas horas de lazer, mas de interferir positivamente, fazendo com que se engajem politicamente e que abram mão de uma atividade em benefício de outras.

Além disto, pode estar em jogo uma questão mais profunda. A condenação veemente das atividades festivas, de bebedeiras, farra, frequências a bares e bordéis, fumo, nesta perspectiva, visaria menos a repressão e a vigilância efetivas, isto é, teria menos uma função negativa do que visaria funcionar como *mecanismo de auto-defesa e de proteção da classe trabalhadora* frente à violência da dominação classista. Como outros tantos grupos políticos que se consideram representantes do proletariado, os anarquistas se vêem na obrigação de defender os representados contra a ação punitiva dos dominantes. Reprimir o alcoolismo, a embriaguez, o fumo, e condenar o boteco e o bordel significa proibir tudo o que possa dar margem ou pretexto para o poder atacar. O reforço da sanção moral poderia ser uma maneira de escapar da penalidade do Estado e da violenta repressão policial que recaía sobre o trabalhador e os pobres em geral.⁴⁴ Além disso, esta tentativa de regulamentar a moralidade cotidiana da vida social seria uma maneira que os trabalhadores teriam de assegurar sua própria ordem e, deste modo, destruir a imagem operária fabricada pelo adversário, segundo a qual os elementos das classes sociais inferiores são seres pré-civilizados, irresponsáveis, de vida desregrada e de hábitos perniciosos. O que, por sua vez, justificaria a mobilização de um enorme aparato policial e judicial repressivo. O que estaria em jogo na condenação das práticas referidas seria, então, a luta para desmistificar no plano do real a imagem imoral do trabalhador construída pelo discurso do poder e para convencer a opinião pública de que o imigrante poderia comportar-se de acordo com a ética moral dominan-

44. E. P. Thompson, "Lucha de clases sin clases?", in: *Tradicón, Revuelta y Consciencia de Clase*. Barcelona, Crítica/Grijalbo, 1979, p. 31. Neste excelente artigo, o autor mostra como a cultura dos dominantes pode ser apropriada no interior das práticas dos trabalhadores. Para Thompson, o conceito de hegemonia está intimamente ligado à idéia de encenação e de teatro. Neste, a construção de um *contrateatro* por parte dos dominados marca a possibilidade da imprevisibilidade da ação. Ver Michel Foucault, *La Verdad y Las Formas Jurídicas*. Barcelona, Gedise, 1980, 4.^a Conferência.